

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O IMPACTO DO AJUSTE AO VALOR PRESENTE  
SOBRE RECEBÍVEIS E EXIGÍVEIS DE EMPRESAS  
REVENDEDORAS DE BENS DURÁVEIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Raquel Binotto Piovesan  
Vinícius Rodrigues**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**

**O IMPACTO DO AJUSTE AO VALOR PRESENTE SOBRE  
RECEBÍVEIS E EXIGÍVEIS DE EMPRESAS  
REVENDEDORAS DE BENS DURÁVEIS**

**Raquel Binotto Piovesan  
Vinícius Rodrigues**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Debus Soares**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**O IMPACTO DO AJUSTE AO VALOR PRESENTE SOBRE  
RECEBÍVEIS E EXIGÍVEIS DE EMPRESAS REVENDEDORAS DE  
BENS DURÁVEIS**

elaborado por  
**Raquel Binotto Piovesan  
Vinícius Rodrigues**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Rodrigo Debus Soares, Dr.** (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

**Prof. Gésiner Manhago** (UFSM)

**Prof. Daniel Pereira** (UFSM)

Santa Maria, 08 de janeiro de 2014.

## **RESUMO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O IMPACTO DO AJUSTE AO VALOR PRESENTE SOBRE RECEBÍVEIS E EXIGÍVEIS DE EMPRESAS REVENDEDORAS DE BENS DURÁVEIS.**

AUTORES: RAQUEL PIOVESAN E VINÍCIUS RODRIGUES

ORIENTADOR: RODRIGO SOARES DEBUS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 08 de janeiro de 2014.

Este trabalho de conclusão de curso consta de uma investigação contendo estudos bibliográficos referentes ao tema o impacto do Ajuste ao Valor Presente (AVP) sobre recebíveis e exigíveis de empresas revendedoras de bens duráveis. A pesquisa parte do pressuposto que, a sombra dos princípios contábeis e com o apoio da legislação, as empresas e os profissionais responsáveis pela área contábil precisam adequar suas demonstrações e metodologias utilizadas, e para isso terão de mudar a maneira como veem os juros implícitos nas transações e estudar sua complexidade perante a esfera brasileira. Sendo assim, em primeiro lugar, buscou-se analisar uma forma de ser aplicado o cálculo do AVP, no intuito de criar uma rotina que sirva de modelo para esta prática, além de uma melhoria na compreensão do mesmo. O trabalho é um estudo de caso contando com uma análise minuciosa aos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício de uma empresa, buscando analisar o impacto que o AVP causa nos resultados da mesma. De início, já se pode notar que o surgimento do conceito AVP serviu para melhorar significativamente as demonstrações contábeis e ajudar na difusão e harmonização dos padrões de contabilidade brasileiros aos internacionais.

**Palavras Chaves:** Recebíveis. Exigíveis. Ajuste ao valor presente.

## **ABSTRACT**

Course Conclusion Work  
Course of Accounting Science  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE IMPACT OF VALUE ADJUSTMENT TO THIS ON RECEIVABLES AND PAYABLES BUSINESS RESELLERS OF DURABLE GOODS.**

**AUTHORS: RAQUEL BINOTTO PIOVESAN E VINÍCIUS RODRIGUES**

**ADVISER: RODRIGO DEBUS SOARES**

**Defense Place and Date: Santa Maria,**

This work is based on research, which contains a bibliographic study concerning the impact of Adjusted Present Value (APV) over receivable and chargeable assets of companies in the business of durable goods. This research is based on the proposition that, supported by accounting principles and legislation, both companies and accountants need to adequate their statements and methods, and to do so, they will need to change how implied interests of such transactions are perceived, and study its complexity regarding the Brazilian business sphere. First, there was an analysis of a method that could apply the APV calculation, to serve as a standard model for this practice and to create a better understanding of it altogether. The work is a case study containing a thorough analysis of balance sheets and accounting statements of a company, looking for the impact of APV in its results. Early on, it is noticeable how APV helped significantly to improve accounting statements, as well as with diffusion and matching of Brazilian and international accounting standards.

**Keywords:** Receivable assets, Chargeable assets, Adjusted Present Value.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação gráfica da fórmula do Valor Presente.....	30
Figura 2 – Compra de um bem para estoque.....	31
Figura 3 – Análise do Balanço Patrimonial.....	38
Figura 4 – Projeção de dados.....	38
Figura 5 – Resultado do cálculo do Valor Presente.....	39
Figura 6 – Aplicação da fórmula do Valor Presente.....	39
Figura 7 – Fluxo Futuro e Valor Presente.....	40
Figura 8 - Cálculo do Fluxo Futuro e Valor Presente.....	40
Figura 9 – Valores de receita e despesa a serem reconhecidos.....	40
Figura 10 – Exemplo de cálculo do valor a ser reconhecido.....	41
Figura 11 - Registro contábil pela venda.....	43
Figura 12 – Registro contábil do AVP.....	43
Figura 13 – Registro contábil da apropriação de juros.....	43
Figura 14 – Registro contábil na aquisição da máquina.....	44
Figura 15 – Registro contábil pelo reconhecimento do AVP.....	44
Figura 16 – Registro contábil pelo reconhecimento da despesa.....	44
Figura 17 – Montantes a serem ajustados mensalmente.....	44
Figura 18 – Balanço Patrimonial comparativo.....	45
Figura 19 – DRE comparativa.....	46
Figura 20 – Liquidez geral antes do AVP.....	47
Figura 21 – Liquidez geral após o ajuste.....	47
Figura 22 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial.....	48
Figura 23 – Análise Vertical da DRE.....	48
Figura 24 – Análise Horizontal da DRE.....	49
Figura 25 – Análise Horizontal do Balanço patrimonial.....	50
Figura 26 – Cálculo do índice de cobertura.....	50

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1.1 Objetivos</b> .....	8
1.1.1 Objetivo geral .....	8
1.1.1 Objetivos específicos.....	8
<b>1.2 Justificativa</b> .....	9
<b>1.3 Estrutura do trabalho</b> .....	12
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	14
<b>2.1 Mensuração</b> .....	17
<b>2.2 Classificação</b> .....	19
<b>2.3 Divulgação</b> .....	20
<b>2.4 Importância da mensuração acerca dos princípios contábeis</b> .....	20
<b>2.5 Contas envolvidas no calculo ajuste ao valor presente</b> .....	25
<b>2.6 Cálculo do ajuste ao valor presente</b> .....	29
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	33
<b>4 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO PROPOSTO</b> .....	36
<b>4.1 Análise dos dados</b> .....	37
<b>4.2 Reconhecimento</b> .....	41
4.2.1 Exemplo 1.....	42
4.2.2 Exemplo 2.....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

# 1 INTRODUÇÃO

Durante o período de estagnação do mercado acionário em 1976, foram introduzidas duas novas legislações: Lei nº 6.404/76 (atualmente alterada pela Lei 11.638/11), a Lei das Sociedades Anônimas que visava modernizar as regras que regiam as sociedades anônimas e a Lei do Mercado de Capitais que, segundo informações extraídas do site da Comissão de Valores Mobiliários, introduziu no mercado uma instituição governamental destinada exclusivamente a regulamentar e desenvolver o mercado de capitais, fiscalizar as bolsa de valores e as companhias abertas.

Neste ganho de forças do mercado de capitais, surgiu a necessidade de unir a contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Estas convergências ganharam força a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dentre eles o CPC 12 que normatizou o AVP. Acredita-se que esta publicação venha aproximar a Contabilidade de sua essência e, sendo assim, este estudo busca abordar o referido pronunciamento e analisar a sua aplicabilidade em uma empresa.

Na época presente, a contabilidade atua como um instrumento essencial à gestão empresarial e tem se destacado como uma importante ferramenta para o processo de tomada de decisões. Através da análise de seus relatórios contábeis, os gestores podem dispor de uma noção mais ampla e precisa de seu patrimônio e manter-se informados sobre a real situação financeira para darem respostas às rápidas modificações do mercado e aptos para absorver as transformações nos procedimentos contábeis.

Um exemplo dessas mudanças foi o ocorrido após a Lei 11.638/07 a qual exigiu que as empresas fizessem o AVP nas contas do ativo e passivo não circulante. Essa avaliação tem como objetivo apresentar o saldo dessas referidas contas a valores condizentes com os da data da publicação do balanço patrimonial ou da data do encerramento do exercício. (BRASIL, 2007).

Diante disso, empresas que não atuam no ramo financeiro, e que de alguma forma possuem ativos e passivos monetários, com juros implícitos ou explícitos embutidos, devem tê-los mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial.

Para ter-se base no estudo de caso, selecionou-se uma empresa vendedora e revendedora de implementos e maquinários agrícolas que atua na região central do estado, tendo como sede a cidade de Santa Maria. Em operações diárias ela costuma financiar bens



usados, tanto na venda como na compra. Para as aquisições de equipamentos novos, os recursos são financiados pelo banco da franqueadora.

Portanto, visando o assunto exposto, este trabalho busca responder a seguinte pergunta: a partir da aplicação do CPC 12, qual o valor do patrimônio da empresa?

## **1.1 Objetivos**

Este trecho visa relatar os objetivos ao qual este trabalho propôs-se a desenvolver para sanar o problema da pesquisa.

### **1.1.1 Objetivo geral**

Tem-se por objetivo neste estudo elaborar um modelo de aplicação do AVP, no intuito de desmistificar o assunto para que as empresas possam aplicá-lo de uma maneira mais clara e simplificada, a um custo-benefício favorável a entidade independentemente de sua obrigatoriedade. Trazer à tona o que trata os princípios contábeis em sua estrutura básica e as mudanças legislativas que afetaram este tema, aplicar esta metodologia a uma empresa que não vem adotando esta prática, a fim de tirar conclusões acerca dos resultados e buscar trazer os demonstrativos da mesma mais próximos à realidade, tudo isso no intuito de fazer a lacuna existente entre a contabilidade, os gestores e os outros usuários das informações diminuir.

### **1.1.1 Objetivos específicos**

Este trabalho tem a pretensão de criar uma metodologia para a aplicação do AVP e, para tanto, entende-se de suma importância o cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- a) coletar os documentos junto à empresa em questão;
- b) analisar as contas de clientes e fornecedores de equipamentos usados, as quais sofrerão as mudanças ocasionadas pelo AVP;
- c) coletar nos contratos fornecidos pela empresa as informações necessárias para elaborar o cálculo: data da contratação, data de vencimento, taxa de juros e montante da dívida;

- d) planilhar os dados e através do auxílio de arquivos eletrônicos elaborar o cálculo do AVP;
- e) reclassificar as contas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, demonstrando a sua correta contabilização;
- f) tirar conclusões acerca dos resultados obtidos pelos comparativos de balanço pré e pós AVP.

## 1.2 Justificativa

Como cita o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 12, o AVP associado à mensuração de ativos e passivos leva em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados.

Normatizado por este CPC e instituído pela Lei 11.638/07, essa mudança vem gerando certa resistência nas empresas que possuem seus ativos e/ou passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos, os quais devem ser mensurados pelo AVP quando do seu reconhecimento inicial.

Segundo pesquisas, essa parte da mudança na legislação é um dos grandes desafios que a contabilidade vem enfrentando, pois antes, as operações de longo prazo com juros embutidos recebiam o mesmo tratamento das operações à vista, deixando de reconhecer despesas e receitas financeiras incluídas nas transações e apurando resultados distorcidos.

Mediante isso, inicia-se uma nova fase de como operacionalizar essas contas e os demonstrativos contábeis em si e, tratando-se de uma regulamentação legal, faz-se necessária a observância dessa legislação, a fim de não incorrer em um procedimento que pode ser considerado ilícito.

Independentemente da obrigatoriedade imposta pela legislação para algumas empresas em aplicar o AVP, a contabilidade deve sempre reportar-se ao CPC 00 (R1) que, na sua condição de estrutura conceitual básica, estabelece os conceitos que fundamentam, norteiam a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações não devem ter apenas o propósito de atender a finalidade ou a necessidade específica de determinado grupo de usuários, mas sim para o público em geral que deseja obter informações úteis para a tomada de decisões econômicas e para a realização de avaliações.

Como usuários das informações contábeis, podem-se ter os mais diversos tipos, conforme cita Iudícibus et al. (2010): investidores atuais bem como os potenciais, além de colaboradores, fornecedores, clientes, governos e suas agências, credores por empréstimos ou credores comerciais.

Com um público alvo bastante variado, as demonstrações contábeis elaboradas podem ter motivações e necessidades diversas. Dessa maneira Iudícibus et al. (2010) traz que o objetivo da demonstração contábil é fornecer informação a respeito da posição patrimonial e financeira, também acerca do desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, sendo úteis aos seus usuários.

De encontro a este pensamento, Velter e Missagia (2009) citam que as demonstrações contábeis são relatórios sinteticamente organizados onde estão resumidas as informações contábeis de forma metódica, atendendo cada um a uma finalidade específica, evidenciando a situação da empresa bem como os fatos patrimoniais, elaborados no final de um período de tempo.

Para que as demonstrações possam atender a estes pré-requisitos, as informações contábeis devem ser fidedignas com a realidade da empresa, e assim são definidas pelo CFC:

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro. (CFC, 1994, p. 9).

Também pode ser afirmado por Alvim (1998) que, a busca da informação contábil deve ser por qualidade e não por quantidade, sendo que o mais importante é ter informações adequadas e com custo compatível além de atender os interesses de quem delas fizer uso. Este conceito também é defendido por Iudícibus (1998) quando afirma que a informação deve ser acompanhada de várias qualidades que segundo ele são: tempestividade, integralidade, confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade.

Tratando-se da qualidade da informação, Stair (1998) cita que a boa informação deve ser completa, econômica, confiável, relevante, tempestiva e rastreável além de ser um excelente suporte para o processo decisório, possibilitando estabelecer relacionamentos entre os elementos que são julgados importantes.

Na atual conjuntura empresarial para que uma entidade sobreviva em ambientes competitivos e que sua continuidade seja assegurada, a contabilidade deixou de ser apenas uma atividade cuja função se restringe aos registros das operações, não objetivando apenas

em cumprir com as obrigações legais e fiscais apesar de que, em alguns casos, a função do contador acaba sofrendo más interpretações, assim como cita Marion (2002, p. 34):

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos de nossa economia principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida, estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

Acerca da contabilidade de pequenas e médias empresas, Iudícibus e Marion (1999) esclarecem:

Observamos com frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresário que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores estes que sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo ao fundo de nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais. (IUDÍCIBUS; MARION, 1999, p. 19-20).

Ou seja, pela não utilização de informações contábeis tempestivas, confiáveis e fidedignas muitas empresas acabam fechando.

Porém, com as novas exigências do mercado onde as atividades empresariais passaram a serem mais complexas, os gestores também passaram a exigir da contabilidade maior qualidade das informações. Elas devem proporcionar aos seus usuários bases seguras e confiáveis para as suas decisões, desta forma o objetivo da contabilidade é definido de acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 53): “[...] o objetivo da contabilidade é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade”.

Conceito este semelhante ao do CFC na Resolução 774/94:

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas, e outros meios. (CFC, 1994, p. 8).

Da mesma forma Iudícibus (1997) afirma que a contabilidade tem por objetivo fornecer informações a todos os usuários com o intuito de proporcionar um conhecimento verdadeiro para determinar algo, além disso, tem como uma de suas principais finalidades a

de demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e também de rentabilidade das empresas.

Com bases nestas características, pode-se dizer que a contabilidade é uma importante ferramenta no aporte de informações e às operações, realçando assim sua importância na gestão das entidades auxiliando a empresa a atingir seus objetivos, ou seja, adquirir retorno de seus investimentos e manter a continuidade dos negócios perpetuando-se indefinidamente.

Informações correlatas com a real situação da empresa são de extrema importância para a tomada de decisões. Neste contexto Pitela (2000) traz que o administrador necessita para o melhor desempenho de suas funções, ter em posse informações que lhe permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades.

Da mesma forma, Vasconcelos e Viana (2002) afirmam que o maior dos objetivos da ciência contábil é levar para os usuários as informações que eles necessitam para gerir seus empreendimentos.

No mesmo contexto, Oliveira, Muller e Nakamura (2000) citam que para cumprir com sua função como fonte de informações úteis para os gestores no processo de tomada de decisão a contabilidade deve ser para a administração útil, clara, íntegra, relevante, completa e ser direcionada a gerência do negócio. Trazem também que, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem muitas distorções relevantes nas informações contábeis, e é perceptível principalmente nas pequenas empresas, onde a contabilidade existe apenas para o cumprimento das exigências fiscais.

O conceito de AVP vem ao encontro de uma das principais características que a informação precisa ter: integralidade. Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa e a omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância, ressaltando mais ainda a importância de os juros implícitos terem sua correta contabilização.

### **1.3 Estrutura do trabalho**

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, onde, no primeiro foi apresentada uma introdução sobre o tema AVP, bem como os objetivos gerais e específicos da pesquisa e a justificativa da realização do trabalho.

No capítulo dois, foi realizada uma revisão bibliográfica abordando a conceituação do AVP bem como as contas contábeis as quais ele influencia, além dos métodos para divulgação e sua importância perante os princípios contábeis. Posteriormente, no terceiro capítulo, foi

apresentada a metodologia aplicada para o desenvolvimento do estudo. E, após estas explicações, demonstrou-se a forma como é calculado o AVP.

No quarto capítulo, analisou-se os dados do estudo de caso em questão, onde foi realizado o reconhecimento contábil do mesmo, utilizando dois exemplos práticos da empresa analisada.

Após estes quatro capítulos, concluiu-se o trabalho, mostrando os impactos que a mensuração do ajuste causa sobre a contabilidade de uma empresa.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A contabilidade, como ciência que é, tem por obrigação trazer a real situação monetária e patrimonial das empresas, através de informações concretas e que condizem com a realidade da empresa, sempre obedecendo às normas e a legislação contábil. Legislação essa que tem mudado constantemente, e uma dessas alterações foi a avaliação dos ativos e passivos das Sociedades por Ações, denominado AVP e assim conceituado por Greco (2010, p. 1):

O conceito de valor presente deve estar associado à mensuração de ativos e passivos levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial. Quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; então, a conta de receita, despesa financeira "pro rata temporis".

Acerca dos objetivos do AVP, Marion (2009) afirma que o principal é extinguir do valor contábil das obrigações e dos direitos a parcela dos juros que são embutidos nas operações a prazo, permitindo assim uma comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas, independentemente de serem a vista ou a prazo.

Conforme Ernest e Young e FIPECAFI (2009) o valor presente é uma forma de mensuração dos elementos das demonstrações financeiras onde os ativos devem ser mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro que espera ser gerado de entrada líquida de caixa dentro do curso normal das operações da empresa. Enquanto que os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa, que dentro das operações normais da entidade se espera que seja necessário para liquidar o passivo.

Para Gitman (2004), o valor presente é conceituado como sendo um valor monetário de uma quantia futura, ou seja, a quantia que seria necessária ser aplicada hoje, com certa taxa de juros por um período de tempo determinado, para se igualar a quantia futura.

Queiroz et al. (2010) afirmam que o AVP dos ativos e dos passivos tem como finalidade mostrar o valor do ativo bem como o valor do passivo a valores condizentes com a data do encerramento do exercício ou a data da publicação do balanço patrimonial.

Sendo assim, as empresas financiadoras de aquisição de bens para o ativo imobilizado bem como as demais empresas que possuem operações de longo prazo com juros embutidos devem seguir o que ordena a Lei 6.404/76 e alterações:

Art. 183[...] item VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184[...] item III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (BRASIL, 1976, p. 1).

Desta forma, o uso do AVP mostra-se como uma maneira eficaz para tornar os valores das demonstrações compatíveis com a época da transação, expurgados de seus juros, além de tornar possível as análises das decisões gerenciais considerando o dinheiro no tempo.

Assim como conceitua Silvestre e Souza (2008) que o AVP tem como objetivo o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Que pode estar representado por ingressos ou saídas recursos.

Cabe ressaltar que a aplicação do conceito de AVP nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, valor presente e valor justo não são sinônimos. Esta diferença é referenciada no seguinte trecho do CPC 12:

Valor justo (*fair value*) - é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Valor presente (*presentvalue*) - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade. (CPC, 2008b, p. 12).

Percebe-se que o primeiro demonstra a visão do vendedor e do comprador em uma transação corriqueira de mercado, já o segundo refere-se ao valor de transações ou de bens após ter as suas taxas implícitas descontadas. Taxas essas que serão determinadas pelo mercado e serão classificadas como receitas ou despesas financeiras, assim como citado nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Neste trecho, a norma fala que as reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras, a menos que a entidade possa devidamente provar que o financiamento feito a seus clientes faça parte de suas atividades operacionais, quando então as reversões referentes a estas transações serão apropriadas como receita operacional. Esse é o caso, por exemplo, quando a entidade opera em dois segmentos distintos: venda de produtos e serviços e financiamento das vendas a prazo, e desde que sejam relevantes esse ajuste e os efeitos de sua evidenciação.

Para Marion (2009), o valor justo é um instrumento de transparência, pois reflete de imediato nos relatórios as decisões dos gestores, mostrando a realidade da empresa em um momento.



Também conforme Petterson et al. (2009), o valor justo não produz uma base de mensuração própria, gerando subjetividades em sua implantação.

Existem três formas básicas para sua avaliação: a abordagem de mercado que compreende uma comparação com produtos semelhantes a preço de mercado, também a abordagem da receita que considera a capacidade futura de geração de receita do item avaliado e a abordagem de custo, que considera o custo de reposição, levando em conta a obsolescência de um item para a prestação de um serviço semelhante.

Para determinar quais as contas sujeitas ao AVP, deve-se considerar, o que o CPC diz a respeito:

- (a) transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;
- (b) reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;
- (c) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo. (CPC, 2008b, p. 4).

Em contrapartida, não estão sujeitos ao AVP financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por apresentarem condições e taxas especiais, usualmente inferiores às de outros empréstimos bancários, como cita o CPC 12:

Com relação aos empréstimos e financiamentos subsidiados, cabem as considerações a seguir. Por questões das mais variadas naturezas, não há mercado consolidado de dívidas de longo prazo no Brasil, ficando a oferta de crédito ao mercado em geral com essa característica de longo prazo normalmente limitada a um único ente governamental. Assim, excepcionalmente, até que surja um efetivo mercado competitivo de crédito de longo prazo no Brasil, passivos dessa natureza (e ativos correspondentes no credor) não estão contemplados por este Pronunciamento como sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos. (CPC, 2008b, p. 5).

Também não está sujeito ao AVP o Imposto de renda diferido.

Caso especial é o relativo à figura do Imposto de Renda Diferido Ativo e à do Imposto de Renda Diferido Passivo, objeto de Pronunciamento Técnico específico, mas que, conforme previsto nas Normas Internacionais de Contabilidade, não são passíveis de AVP, o que deve ser observado desde a implementação deste Pronunciamento. (CPC, 2008b, p. 5).

No que diz respeito à taxa de juros aplicada, o CPC 12 ressalva que haverá operações em que a taxa de juros poderá ser explícita, (estará descrita e conhecida no contrato da operação) ou implícita, (desconhecida, mas embutida na precificação inicial da operação pela entidade no ato da compra ou da venda). Nos dois casos é necessário utilizar uma taxa de

desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação entre partes conhecedoras do negócio, que tenham a intenção de efetuar a transação e em condições usuais de mercado. (CPC, 2008b).

Nos casos em que a taxa é explícita, o processo de avaliação passa por uma comparação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado, na data da origem da transação. Nos casos em que a taxa estiver implícita, é necessário estimar a taxa da transação, considerando as taxas de juros de mercado, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nos casos em que as partes afirmem que os valores à vista e a prazo são os mesmos, o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado. (CPC, 2008b, p. 15).

## 2.1 Mensuração

A mensuração contábil a valor presente é aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos, em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o AVP deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. Deve-se ressaltar que essas situações de nova medição de ativos e passivos são raras e são matéria para julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis.

Objetivamente, sob determinadas circunstâncias, a mensuração de um ativo ou um passivo a valor presente pode ser obtida sem maiores dificuldades, caso se disponha de fluxos contratuais com razoável grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado. Por outro lado, pode ser que em alguns casos os fluxos de caixa tenham que ser estimados com alto grau de incerteza, e as taxas de desconto tenham que ser obtidas por modelos voltados a tal fim. O peso dado para a relevância nesse segundo caso é maior que o dado para a confiabilidade, uma vez que não seria apropriado apresentar informações com base em fluxos nominais. Conforme seja o caso, a abordagem tradicional ou de fluxo de caixa esperado deve ser eleita como técnica para cômputo do AVP. (CPC, 2008b, p. 9).

Além do momento da mensuração, deve ser observado, acerca do valor presente, também dar tratamento ao valor a ser registrado.

Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. (CPC, 2008b, p.4)

Para Iudícibus et al. (2010) afirma que as contas a receber devem ser avaliadas através de seu valor líquido de realização que é dado pelo seu produto final em dinheiro ou

equivalente com seu AVP, na mesma obra Iudícibus et al. (2010 p. 56) afirma que “em decorrência do ajuste a valor presente, os juros embutidos ou contratados na transação são reconhecidos *pro rara temporis*, debitando-se a conta de AVP (reduzora do ativo) e creditando-se a conta receita financeira comercial pelo valor dos juros já transcorridos”.

Desta forma a informação contábil transmite melhor a real natureza da receita que foi gerada, que na verdade não foi oriunda da transação de venda, mas sim foi originada dos juros cobrados pela empresa devido ao prazo dado para pagamento, mesmo que não esteja de forma explícita no contrato.

Em relação às exigibilidades monetárias, Iudícibus et al. (2009) defende que o valor de balanço deve ser determinado pelo valor presente dos montantes que devem ser pagos no futuro, mas no que se refere às exigibilidades de curto prazo, se o total do desconto não for relevante, podem ser deixadas pelo valor nominal.

Toda vez que uma empresa efetuar uma venda financiada omitindo a incidência de juros na nota fiscal de venda, ela deve aplicar o conceito de AVP, pois, mesmo os juros não aparecendo, eles estão implícitos na transação.

Referente a isso, o CPC (2008b) se manifesta explanando que a operação comercial que se caracteriza como de financiamento, deve ser reconhecida dessa mesma forma, sendo que o valor consignado na documentação fiscal que serve de auxílio e comprovação para a operação deve ser adequadamente esmiuçado para efeito contábil.

Juros embutidos devem ser retirados do custo da aquisição das mercadorias e devem ser apropriados pela fluência do prazo. É importante lembrar que o ajuste de passivos, por vezes, implica ajuste no custo de aquisição de ativos. É o caso, por exemplo, de operações de aquisição e de venda a prazo de estoques e ativo imobilizado, posto que juros imputados nos preços devem ser removidos na mensuração inicial desses ativos.

Obedecendo aos moldes e metas traçadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e a alteração trazida pela Lei 11.638/07, percebe-se que o conceito mais relevante para a aplicação do AVP não é enumerar minuciosamente quais as contas que são atingidas por essas mudanças, e sim, estabelecer diretrizes gerais e metas a serem alçadas.

Uma dessas diretrizes gerais, ao qual se deve observar é a de que todos os ativos, passivos ou situações que apresentarem as características descritas pelo CPC 12, devem ser ajustados a valor presente, além disso, visa cumprir a meta da qual a NBC TG 12 trata, de que em termos de meta a ser alcançada, ao se aplicar o conceito de valor presente deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. (CFC, 2009a).

As informações prestadas possibilitam a análise e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos escassos. Para tanto, diferenças econômicas entre ativos e passivos necessitam ser analisadas adequadamente pela contabilidade a fim de que os agentes econômicos possam definir com menor margem de erro as vantagens requeridas em contrapartida aos riscos assumidos.

No que se refere aos efeitos fiscais ocasionados em virtude do AVP, é importante mencionar que a taxa não deve ser líquida de efeitos fiscais, e sim, deve ser aplicada antes dos impostos.

No tocante às diferenças temporárias observadas entre a base contábil e fiscal de ativos e passivos ajustados a valor presente, essas diferenças temporárias devem receber o tratamento requerido pelas regras contábeis vigentes para reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos. (CPC, 2008b, p. 9).

As questões em torno dos efeitos tributários dos ajustes a valor presente são consideradas bastante complexas. Os ajustes decorrentes de ativos são considerados como despesas e os derivados de passivos são considerados como receitas e a legislação tributária é absolutamente omissa a respeito de ambos. Em relação às despesas será necessário investigar o caráter jurídico das mesmas, para se averiguar a necessidade da criação ou não de uma provisão.

## **2.2 Classificação**

Na classificação dos itens que surgem em decorrência do AVP de ativos e passivos, quer seja em situações de reconhecimento inicial, quer seja nos casos de nova medição, dentro da filosofia do valor justo, deve ser observado o que prescreve a NBC TG - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, em seu item 35, ao tratar da questão da primazia da essência sobre a forma.

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. (CFC, 2008, p. 1).

Adicionalmente, ganhos e perdas provenientes de grupo de transações semelhantes são apresentados em base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos

e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados para negociação. Não obstante, esses ganhos e perdas devem ser apresentados separadamente se forem materiais.

### **2.3 Divulgação**

Em se tratando de evidenciar o AVP em notas explicativas, devem ser prestadas informações mínimas que permitam que os usuários das demonstrações contábeis obtenham entendimento evidente das mensurações a valor presente levadas a efeito para ativos e passivos, compreendendo o seguinte rol não exaustivo.

- (a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;
- (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos;
- (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou;
- (f) nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- (g) outras informações consideradas relevantes. (CPC, 2008b, p. 10).

As exigências de divulgação do CPC 12 têm o objetivo de garantir a transparência aos usuários das demonstrações contábeis. Porém, é possível que, mesmo havendo exigência da divulgação das informações acerca do AVP, algumas empresas não as tenham divulgado devido ao fato de ser recente a edição do CPC 12 e aos elevados custos associados a essa divulgação.

### **2.4 Importância da mensuração acerca dos princípios contábeis**

Os princípios fundamentais de contabilidade são de uso obrigatório para exercício da profissão contábil, além de garantirem a veracidade das informações e a correta aplicação das normas contábeis, introduzidas pelos órgãos reguladores. Estes princípios são os alicerces para a contabilização, pois a base para realizar os lançamentos contábeis se dá por meio deles e seu uso correto é fundamental para que as demonstrações explanem, fidedignamente, a realidade empresarial.

O dicionário Aurélio, Ferreira (1999, p. 1639), define o substantivo princípio como a “proposição que lhe serve de base, ainda que de modo provisório, e cuja verdade não é questionada ou ainda como uma norma ou lei a ser seguida”. Seguindo este raciocínio, os Princípios Contábeis nada mais são do que normas a serem atentadas pelos contadores durante a prática da profissão.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), responsável pela atualização substantiva e adjetiva dos Princípios, os descreve como:

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (CFC, 1993, p. 11).

O CFC (1993) também ressalta que a observância dos Princípios Fundamentais da Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condições de legitimidade das NBC.

O principal objetivo em adotar os princípios contábeis é tornar as informações contábeis divulgadas uniformes, confiáveis e úteis para quem as utilizar, além de definir as diretrizes básicas que fundamentam as técnicas de mensuração, processamento e comunicação da contabilidade e, de acordo com Iudícibus (2002), são os Princípios Fundamentais da Contabilidade que devem guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada para os usuários.

Desta forma o AVP atende ao princípio da continuidade que, para Iudícibus et al. (2010), as demonstrações contábeis são preparadas acreditando que a entidade continuará indefinidamente. Assim presume-se que a entidade não irá entrar em liquidação e nem reduzir materialmente a escala de suas operações, porém, se isto acontecer, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente.

Assim, para Moraes Junior (2011) a situação limite para a aplicação deste princípio é aquela em que há a completa cessão das atividades. Também conforme o princípio da continuidade o patrimônio depende das condições em que, provavelmente, ocorrerão as operações e a suspensão das atividades ou a diminuição de suas operações podem provocar em determinados ativos ou até mesmo a perda integral de seu valor.

Normatizados pela Resolução 750/93, com redação dada pela Resolução CFC 1282/10, a lista de Princípios Fundamentais de Contabilidade é formada pelos seguintes:

Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor Original; Competência e Prudência. (CFC, 1993, 2010).

Introduzidos no contexto de AVP, serão expostos estes princípios, de modo a orientar e salientar os que possuem maior influência sobre o mesmo, juntamente com algumas explicações sobre eles, tendo como base a Resolução do CFC (1993).

**Entidade:** reconhece o patrimônio da empresa como objeto da contabilidade. Assim, o patrimônio dos sócios não se confunde com o patrimônio da entidade. Bem como é ressaltado no parágrafo único da Resolução CFC (1993, p. 11): “o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil”.

**Continuidade:** O princípio da continuidade prevê que a entidade continuará em exercícios de suas atividades no futuro. E esta continuidade ou não, deve ser levada em conta na classificação e avaliação dos ativos e passivos.

**Oportunidade:** refere-se ao momento em que as variações patrimoniais são registradas. As quais devem ser feitas imediatamente e de forma integral, independentemente das causas que as originaram, contemplando os aspectos físicos e monetários. Conforme a Resolução do CFC deve-se observar:

- I - desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;
- II - o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;
- III - o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão. (CFC, 1993, p. 12).

Em obediência a este princípio, é que o CPC 12 traz que o reconhecimento do valor presente deve ser feito no momento de seu reconhecimento inicial, conforme exposto:

O AVP deve ser calculado no momento inicial da operação, considerando os fluxos de caixa da correspondente operação (valor, data e todos os termos e as condições contratados), bem como a taxa de desconto aplicável à transação, na data de sua ocorrência. Essas normas e este Pronunciamento preveem a adoção do método de taxa efetiva de juros no registro inicial da operação. Assim, os juros embutidos na operação (receita ou despesa financeira) devem ser contabilizados de acordo com a taxa efetiva de juros relacionada à transação. (CPC, 2008b, p. 14).

O registro pelo Princípio da Oportunidade, tanto do AVP, como das demais contas, deve demonstrar o reconhecimento das variações ocorridas durante um determinado período no patrimônio empresarial de forma que se possam obter informações corretas e autênticas

para a tomada de decisões.

Registro pelo Valor Original: Este princípio trás que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o exterior, expressos a valor presente na moeda do país.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 750/93, estes registros serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, esta avaliação deve ser realizada de acordo com o valor de entrada. Uma vez adicionados ao patrimônio, o bem, direito, ou obrigação não poderão ter seus valores originais modificados, assegurando sua decomposição em elementos ou sua agregação a outros elementos patrimoniais. (CFC, 1993).

Tal resolução foi atualizada e consolidada pela CFC 1.282/10, a qual ressalta:

Art. 7º. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: [...] Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade. (CFC, 2010, p. 2).

A real importância deste Princípio é dada pelo fato de que o mesmo forma e conserva o valor do bem, aceitando a mistura de conceitos do valor histórico e valor ajustado ou contribuindo para tornar os dados mais próximos da atualidade.

A atualização monetária, a partir de 2010 não é mais um princípio contábil, mas uma característica do Valor Original. Conforme o CFC (2008) os efeitos do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. Em vista disso, pode-se ressaltar que a principal funcionalidade deste Princípio está em eliminar das demonstrações financeiras das entidades distorções causadas pela desvalorização da moeda, além de indicar a necessidade de reconhecimento da perda do poder aquisitivo da moeda sobre os valores que integram as demonstrações financeiras.

Reconhecimento este, que é dado pela Resolução 1.282/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a qual é descrita no seguinte trecho sobre:

Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

2º. São resultantes da adoção da atualização monetária:



I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (CFC, 2010, p. 15).

Perante esta doutrina, o CPC 12 traz que os valores, a receber e a pagar, sujeitos à atualização monetária com bases de índices e de preços inflacionários devem ser ajustados a valor presente, conforme cita:

Índice de preços ou inflacionários podem ser alguns componentes de uma taxa de encargos, mas não podem ser confundidos com taxas reais de juros. Obviamente, para cálculo e determinação do valor presente para os ativos e os passivos indexados somente a índices inflacionários, a taxa de juros a ser considerada deve ser a taxa real (expurgados então, da taxa nominal, os efeitos dessas variações de preços), levando em consideração instrumentos semelhantes, prazos e riscos. (CPC, 2008b, p. 24).

A importância da aplicação deste Princípio é dada pelo fato de que ele atinge o mais importante meio de comunicação entre a empresa e o usuário da informação contábil: as demonstrações financeiras. Deste modo, trazê-las atualizadas monetariamente é essencial para que sua apresentação seja a mais verossímil possível.

Competência: Segundo a Resolução CFC 750/93, no Princípio da Competência as receitas e despesas devem ser incluídas no resultado simultaneamente no período em que ocorrerem, para haver a correlação, independente do seu pagamento ou recebimento. (CFC, 1993).

Sendo o AVP realizado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro, o bem que for adquirido à vista, registra-se pelo valor total da compra. Porém, se for adquirido a prazo, desconta-se os juros do financiamento, que deverão ser registrados no resultado do exercício (receitas ou despesas financeiras), observando o regime de competência.

Dessa forma, a operação registrada estará totalmente de acordo com o que estabelece o CPC 12, com os Princípios Contábeis e as normas internacionais de contabilidade.

Prudência: em base à Resolução 750/93, o Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior valor para os componentes do

passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (CFC, 1993).

A aplicação do Princípio em questão pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos, necessários para realizar estimativas em certas condições incertas, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Conforme Iudícibus et al. (2010, p. 21), “o uso de princípios ao invés de regras, obriga, é claro, a maior julgamento e a maior análise exigindo maior preparação, mas por outro lado, permite que se produzam informações contábeis com mais qualidade e utilidade”.

Tendo em vista esta maior possibilidade de julgamento dada ao profissional contábil, na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, há momentos de incertezas, onde deve haver a prevalência da essência sobre a forma, descrita como característica qualitativa na Estrutura Conceitual da Contabilidade no Brasil e que é uma questão muito importante e deve ser observada também no momento em que o AVP for registrado.

Não basta mais contabilizar apenas o que está escrito, para Iudícibus et al. (2010, p. 21), deve-se ter “certeza de que o documento formal represente, de fato, a essência econômica dos fatos sendo registrados”.

## **2.5 Contas envolvidas no calculo ajuste ao valor presente**

O balanço patrimonial é considerado umas das principais demonstrações contábeis, pois reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano de um período. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data, conforme citam Velter e Missaglia (2011, p. 581):

O balanço é a demonstração financeira que tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade em um dado momento, após a contabilização de todos os atos e fatos consignados na escrituração contábil, sendo por este motivo chamado de balanço patrimonial.

O balanço é composto por três elementos básicos, sendo eles: ativo, passivo e patrimônio líquido. Conforme Art.178 da Lei n. 6.404/76, que cita a seguinte classificação:

No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação

financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (BRASIL, 1976, p. 1).

Ativo são os recursos controlados por uma entidade dos quais se esperam benefícios econômicos, passivo são as exigibilidade e obrigações e o patrimônio líquido se estabelece pela diferença entre ativo e passivo.

Esta definição também é dada pelo CPC 00, que divide o balanço patrimonial em ativo, passivo e patrimônio líquido, os quais demonstram efeitos patrimoniais e financeiros de transações efetuadas pela entidade, além de citar despesas e receitas que formam a Demonstração do Resultado do Exercício. (CPC, 2011).

Uma das divisões do ativo é o ativo circulante. Ele é tido como uma referência aos bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo. Os ativos que podem ser considerados como circulantes incluem: dinheiro em caixa, conta movimento em banco, aplicações financeiras, contas a receber, estoques, despesas antecipadas, numerário em caixa, depósito bancário, mercadorias, matérias-primas e títulos.

Conforme Pronunciamento Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON NPC 01, o ativo circulante é definido como:

O ativo circulante das empresas mercantis é representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional. Estão compreendidos neste grupo do ativo [...], (3) as contas a receber. (IBRACON, 1992, p. 2).

Outra divisão do ativo é em não circulante. Este é composto por ativo realizável a longo prazo (ARLP), investimentos, imobilizado e intangível.

O ativo realizável a longo prazo: considera os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como outros não relacionados às atividades fim da entidade, tais como derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas. Segundo o art. 179 da Lei 6.404/76, classificam neste grupo os direitos não destinados a gerar recursos imediatos de caixa ou que não podem ser convertidos em

numerário em prazo igual ou inferior a um ano, tais como: contas a receber, investimentos em títulos de renda, aplicações financeiras, etc. (BRASIL, 1976).

Lembrando que o art. 183 da Lei n. 6.404/76, com nova redação dada pela Lei 11.638/07, estabelece que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (BRASIL, 1976, 2007).

Dentro do ARLP, existe a conta duplicatas a receber que, segundo Iudícibus et al. (2010), traz que as mesmas são valores oriundos de vendas a prazo de mercadorias e serviços e também de outras transações que não representam o objeto principal da entidade, mas são inerentes a ela.

Duplicatas a receber originam-se das operações normais da empresa através da venda a prazo de mercadorias ou serviço. Tais contas são representadas por duplicatas ou faturas que ainda estão abertas na data do balanço e estão relacionadas com a receita da empresa, devendo ser contabilmente reconhecidas somente até a data do mesmo.

Normalmente as contas a receber são efetivadas do mesmo exercício, e assim classificadas no ativo circulante, contudo, podem ter vencimentos a longo prazo, e assim, ter suas parcelas classificadas no ativo não circulante, ficam sujeitas assim, ao AVP. Conforme Iudícibus et al. (2010, p. 54):

As contas a receber, normalmente, um dos mais importantes ativos das empresas. São valores a receber decorrentes de vendas à prazo de mercadorias e serviços à clientes, ou oriundos de outras transações.

Localiza-se também no ativo a conta de estoque, que para Iudícibus et al. (2010), são bens tangíveis ou intangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades.

Outro grande grupo do balanço patrimonial é o passivo. Nele são compreendidas as exigibilidades e obrigações. Divide-se em passivo circulante e não circulante.

O Passivo Circulante é representado pelas obrigações da companhia cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte, ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a esse prazo. Estas obrigações podem representar valores fixos ou variáveis, vencidos ou a vencer, em uma data ou em diversas datas futuras.

Já no Passivo Não Circulante são registradas as obrigações da companhia cuja liquidação deverá ocorrer em prazo superior a seu ciclo operacional, ou após o exercício social seguinte e que não se enquadrem nas definições de passivo circulante.

A deliberação CVM 488/2005 que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC 27 relata em seu item 57 que um passivo deve ser classificado como circulante somente quando atender aos seguintes parâmetros:

- a) É esperada sua liquidação dentro dos 12 meses seguintes à data de elaboração do balanço;
- b) É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; ou
- c) A entidade não tem nenhum direito de postergar sua liquidação por período que exceda os 12 meses da data do balanço. (CVM, 2005, p. 1).

Conforme prevê o art. 183 da Lei 6.404/76, inciso VIII, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. (BRASIL, 1976).

Dentro do passivo fica compreendida a conta de fornecedores, que segundo a Resolução do CFC 1.180/09 é conceituada como sendo passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. (CFC, 2009b).

Dessa forma fica claro que todos os realizáveis a longo prazo precisam estar a valor presente na data do balanço, sendo que, os efeitos dos ajustes a valor presente não são, obrigatoriamente, de efeito contra o resultado de forma imediata. Normalmente, a melhor técnica contábil é a utilização de contas retificadoras, as quais precisam ser ajustadas ao resultado ao longo do tempo, sendo consideradas essas contrapartidas como parte integrante das despesas ou receitas financeiras, porém recomenda-se o uso de contas específicas.

Além do Balanço Patrimonial, outra demonstração que sofre o impacto do AVP é a Demonstração do Resultado do Exercício que tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. Conforme a Lei 6.404/76 artigo 187

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. (BRASIL, 1976, p. 1).

Dentre as contas que a DRE abrange, destacam-se duas: receitas e despesas financeiras.

As receitas conforme o Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de contribuição dos proprietários da entidade. (CPC, 2011, p. 16).

Já com relação às Despesas Financeiras:

Despesas financeiras são os custos ou as despesas que representam o ônus pago ou a pagar como remuneração direta do recurso tomado emprestado do financiador derivado dos fatores tempo, risco, inflação, câmbio, índice específico de variação de preços e assemelhados; incluem, portanto, os juros, a atualização monetária, a variação cambial etc., mas não incluem taxas, descontos, prêmios, despesas administrativas, honorários etc. (CPC, 2008a, p. 02).

Quando for utilizado o desconto a valor presente, o valor contábil da provisão CPC 25 aumenta a cada período para refletir a passagem do tempo. Esse aumento deve ser reconhecido como despesa financeira. (CPC, 2009, p. 16)

Em relação ao provisionamento da conta,

Provisões são expectativas de obrigações ou de perdas de ativos resultantes da aplicação do princípio contábil da Prudência. São efetuadas com o objetivo de apropriar no resultado de um período de apuração, segundo o regime de competência, custos ou despesas que provável ou certamente ocorrerão no futuro. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013, P. 1).

## 2.6 Cálculo do ajuste ao valor presente

O cálculo do AVP é um procedimento usado para descapitalizar um montante futuro retirando os juros compostos a ele aplicados. Esta descapitalização é dada pelo fato de que as empresas costumam embutir nas suas transações futuras um valor para assegurar o poder de compra na época em que esta data futura chegar. No entanto, as demonstrações da empresa, no tempo presente, devem desconsiderar esta distorção, pois a mesma pode mascarar os seus resultados. Desta forma estabelece-se uma base de comparação mais confiável para os usuários destas informações contábeis, além de manter-se em conformidade com as normas contábeis pregadas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ao utilizar o AVP, espera-se que os juros embutidos nos valores das operações a prazo não provoquem estas distorções nas demonstrações contábeis, pois as empresas deixavam de reconhecer despesas e receitas financeiras incluídas nas operações, apurando resultados que não condizem com a real situação da mesma. Desta forma, as operações tornam-se comparáveis sob o ponto de vista de análise, independentemente das empresas operarem à vista ou a prazo.

Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratadas), data do referido fluxo financeiro e taxa de desconto aplicável à transação.

A quantificação do AVP deve ser realizada em base exponencial *pro rata die*, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

O AVP tanto para pagamentos quanto para recebimentos é calculado através de uma fórmula financeira, onde é utilizado o valor que será pago ou recebido, taxa de juro e o período de tempo entre a data de implementação do título e seu vencimento previsto. Tal fórmula é descrita abaixo:

$$PV = FV \div (1 + i)^n \quad (1)$$

Onde: PV = Valor Presente; FV = Valor Futuro; i = taxa de juros; n = período de tempo

Esta fórmula pode ser também descrita graficamente da seguinte maneira:

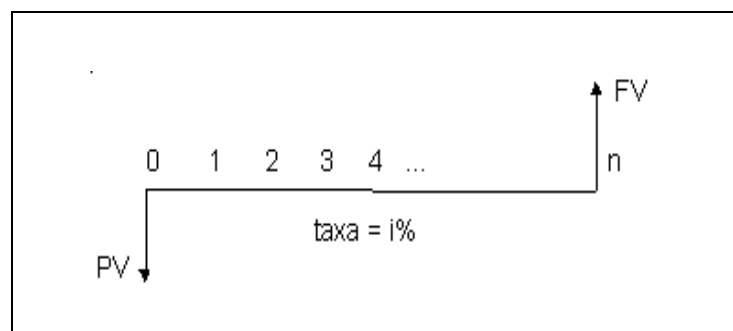


Figura 1 – Representação gráfica da fórmula do Valor Presente

Antes de ocorrerem as mudanças legislativas aplicadas a partir de 2008, a contabilidade sempre teve por base os documentos fiscais que dão apoio às operações, registrando as receitas/despesas em contrapartida aos ativos/passivos pelo valor transcrito do referido documento. No entanto, com o advento da Lei 11.638/2007, foi introduzida a necessidade de realizar os ajustes a valor presente na escrituração contábil para demonstrar o valor real da operação na data de emissão do demonstrativo financeiro.

A determinação da apuração do AVP envolve elementos do ativo e do passivo de longo prazo e todos os demais elementos patrimoniais de curto prazo, caso tais ajustes tenham efeito relevante nas demonstrações levantadas, em obediência ao previsto nos Artigos 183, VII e 184, III da Lei 6.404/1976 com redação dada pela Lei n. 11.638, de 2007 (BRASIL, 1976, 2007). Ainda foi publicada a Deliberação CVM 564/2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de AVP.

O objetivo do CPC 12 é exclusivamente estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando ocorrer à apuração do AVP, deixando claro tratar-se somente da questão da mensuração dos itens a valor presente, que é a dimensão contábil que envolve a decisão de por quanto registrar e não das diretrizes de reconhecimento deste, sendo essa última característica tratada por outro pronunciamento. (CPC, 2008b).

Dado este fato, o CPC (2008b) enfatiza que o conceito de AVP não deve ser equiparado ao valor justo, ou seja, valor justo e valor presente não são sinônimos. Por exemplo, a figura 2 demonstra a mesma situação com valor justo e valor presente:

<b>Compra de Bens para Estoque</b>			
Valor contrato		Valor de Mercado	
Valor à vista	R\$ 45.000,00	Valor à vista	R\$ 45.000,00
Taxa de juros	8%	Taxa de juros	12,5%
Valor à prazo	R\$ 48.600,00	Valor à prazo	R\$ 50.625,00
<b>Cálculos</b>			
Valor presente:	$VP = R\$ 48.600,00 / (1 + 0,125)^1$		
	VP = R\$ 43.200,00		
Valor justo:	VJ = R\$ 45.000,00		

Figura 2 – Compra de um bem para estoque

O exemplo acima deixa claro que a transação não teve a taxa de mercado aplicada, ou seja, o valor presente foi inferior ao valor justo. Neste caso o comprador registrará o bem pelo valor presente, por representar melhor o efetivo custo da aquisição para ele, já o vendedor reconhecerá o AVP do seu recebível como dedução da receita, evidenciando que terá um valor de venda inferior ao praticado no mercado. (MENDES, 2010).

Portanto, o CPC (2008b) deixa claro que, embora no momento inicial o valor presente e o valor justo de uma operação sejam normalmente iguais, com o passar do tempo esses valores não guardam, necessariamente, nenhum tipo de relação.

O valor presente refere-se à taxa de juros específica embutida no contrato, enquanto que o valor justo adapta-se, com o passar do tempo, às condições de mercado (taxas de juros e outros fatores) e deve ser usado apenas se o saldo contábil do balanço anterior diverge do valor justo do ano atual.

A importância da realização do cálculo do AVP é de singular prioridade para a empresa, pois a mesma torna suas informações mais claras, bem como descrevem Barbosa, Carlin e Victor (2013, p. 2):



A forma contábil adotada no Brasil, desde o período colonial, atribui a esta ciência características fiscalistas, que a afastaram de sua função primeira, ou seja, a oferta de informações reais e objetivas para a gestão patrimonial e aos usuários interessados na entidade. O processo de harmonização e convergência às normas internacionais de Contabilidade surge como um direcionador da Contabilidade brasileira à sua essência, privilegiando seus princípios teóricos, desenvolvidos ao longo de séculos de história.

Aplicando então o AVP a contabilidade passa a demonstrar a essência da informação como um todo e não apenas transcrever as cláusulas contratuais, aumentando o poder de informação das demonstrações e fortalecendo as teorias contábeis que dão suporte a elaboração e estruturação dessas mesmas demonstrações.

### **3 METODOLOGIA**

A elaboração de uma pesquisa, seja ela uma dissertação ou tese, necessita estar baseada em planejamento cuidadoso, reflexões conceituais concretas e alicerçados em conhecimentos já existentes, para que seus resultados sejam satisfatórios e sólidos.

Para Gil (1991) pesquisa é um procedimento racional e sistemático que procura respostas aos problemas que são propostos. Da mesma forma Lakatos e Marconi (2001) define pesquisa como sendo uma atividade que está voltada para a busca de respostas e soluções de problemas para as questões propostas, fazendo uso de métodos científicos.

Neste mesmo contexto Minayo (1993) acrescenta que a pesquisa é uma atividade básica nas ciências através da sua indagação e descoberta da realidade, sendo uma atitude e também prática teórica de uma busca constante que define um processo inacabado e permanente. Esta definição acaba caracterizando a pesquisa como uma atividade inacabada, pois as descobertas são sempre renovadas.

Para Beuren (2003 p. 83): “os procedimentos de pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto se obtêm os dados”.

Este trabalho caracterizou-se em uma pesquisa documental, que de acordo com Gil (2010), utiliza materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico ou também são documentos que podem ser reelaborados em função dos objetivos da pesquisa. Também segundo Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental é realizada através de materiais que ainda não receberam nenhuma análise profunda, desta forma este tipo de pesquisa seleciona, trata e interpreta a informação bruta, buscando extrair algum sentido e introduzir lhes algum valor contribuindo, desta forma, com a comunidade científica.

Segundo Gil (2010) as fontes escritas são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder muito tempo na busca de material para a sua pesquisa, pois em alguma circunstância só é possível à realização da pesquisa através da utilização de documentos, ou seja, pesquisa documental.

Quanto às vantagens da utilização da pesquisa documental Triviños (1987) cita que está no fato da mesma proporcionar ao investigador a possibilidade de reunir uma vasta quantidade de informações a respeito do assunto que se pretende estudar.

Sendo assim, a caracterização desse método de pesquisa deve-se em virtude da utilização de alguns documentos da empresa, como contratos de compra e venda, balanço patrimonial e DRE.

De acordo com Cervo e Bervian (2002), a coleta de dados é uma tarefa importante na

pesquisa, havendo diversas formas de coleta, sendo que todas apresentam vantagens e desvantagens e deve-se escolher a forma que apresenta menos desvantagens e que respeite os objetivos da pesquisa.

A coleta de dados neste trabalho foi realizada através da utilização de documentos adquiridos através de um representante da empresa, que gentilmente permitiu o acesso aos contratos de compra e venda, bem como dos balanços patrimoniais e DREs da empresa, sendo os contratos em uma via impressa e os balanços e DREs por meio eletrônico.

O estudo também pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois conforme Cervo e Bervian (2002) ela é um procedimento básico para estudos monográficos, além de ser parte da pesquisa descritiva ou experimental quando é realizada a fim de obter conhecimentos acerca de um problema para o qual se busca resposta ou uma hipótese que se queira experimentar.

Estes mesmo autores relatam acerca da pesquisa bibliográfica:

[...] explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55).

Neste contexto, Lakatos e Marconi (1996) afirmam que, a finalidade desta pesquisa é a de colocar pesquisadores em contato com o que já foi publicado sobre determinado assunto. E Köche (1997) acrescenta que o objetivo da pesquisa bibliográfica é conhecer e analisar as contribuições teóricas existentes a respeito de um determinado tema ou problema, tornando desta forma um instrumento indispensável para a execução de qualquer tipo de pesquisa, desta forma em função de ter sido realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos e sites a respeito do assunto abordado, este trabalho enquadra-se como sendo uma pesquisa bibliográfica.

Além de pesquisa documental e bibliográfica ainda classifica-se como um estudo de caso, pois foi analisado o balanço patrimonial e a DRE de uma empresa.

O estudo de caso é definido por Yin (2001) como sendo uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo em seu contexto da vida real, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Também Gil (1999) salienta que no estudo de caso há um profundo e exaustivo estudo de um ou de poucos objetos de forma a permitir conhecimentos do mesmo.

Neste mesmo contexto Triviños (1987) define estudo de caso como uma pesquisa que

tem por objeto uma unidade que se analisa profundamente buscando maior detalhamento na descrição de determinada realidade.

Além disso, também se trata de uma pesquisa exploratória, pois para Beuren (2008, p. 80):

Uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conhecimentos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que os estudos sobre AVP são recentes e necessitam de um melhor entendimento.

Como forma de colocar em prática a pesquisa e o referencial teórico utilizado neste trabalho, pretende-se, primeiramente, analisar as contas de clientes e de fornecedores da empresa, através de documentos coletados junto a ela.

O passo seguinte é o de calcular o valor do fluxo futuro, que é dado mediante aplicações de fórmulas matemáticas fazendo uso, para isto, de planilhas eletrônicas, e logo após, determinar a data em que o fluxo ocorrerá e a taxa de desconto a ser utilizada para o cálculo do AVP. Para estes dois últimos quesitos, basta fazer a leitura de documentos e contratos coletados na empresa em que se fará o estudo.

Por consequência, o próximo passo, e o mais importante deste estudo, será executar o cálculo do ajuste a valor presente. Tais cálculos serão realizados com o uso de planilhas eletrônicas, comumente utilizados para a resolução de cálculos financeiros.

Por fim, elaborar um modelo para aplicação do AVP, modelo este que consiste na elaboração de uma folha de cálculo onde constam todos os índices e fórmulas necessárias para atingir o objetivo a que se propõe o trabalho.

## 4 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO PROPOSTO

O presente estudo de caso foi desenvolvido em uma empresa comercial a qual possui sua matriz na cidade de Santa Maria, onde iniciou seus trabalhos em 2001.

Trata-se de uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social o comércio varejista de importação e exportação de produtos novos e usados, como: tratores, colheitadeiras, roçadeiras, implementos agrícolas, etc.. Objetiva também a representação comercial por conta própria e de terceiros, transporte rodoviário de carga, locação de máquinas e implementos agrícolas, assessoria e consultoria técnica em agricultura de precisão, locação de veículos automotores, entre outros. Tem como regime de tributação lucro real anual sendo o pagamento do imposto e da contribuição social por estimativa suspensão e redução.

Além da matriz, a empresa possui outras três filiais situadas nos municípios de Dom Pedrito, São Gabriel e Júlio de Castilhos. A análise foi realizada levando em conta o balanço consolidado da empresa.

Visando conquistar e fidelizar clientes através da comercialização de produtos e pós-vendas diferenciado, a empresa busca a excelência vendendo e revendendo máquinas agrícolas, as quais são definidas por Rebouças em seu artigo como:

[...] equipamentos e veículos com robusteza, tecnologia e ferramentas específicas para auxiliar nas atividades agrícolas, são muito empregadas em processo de alta produção. Geralmente, possuem autonomia de funcionamento, apresentam motor de combustão e mecanismos de transmissão que permitem a locomoção do veículo de produção agrícola. (REBOUÇAS, 2013, p. 1)

Conforme com o artigo de Machado caracteriza-se então, a importância deste bem para o uso do produtor rural:

A utilização de máquinas na execução das mais diversas operações, dentro de uma propriedade rural visa, principalmente, a realização de tarefas de uma forma mais rápida, eficiente e com maior conforto ao operador, permitindo aumento da capacidade individual de trabalho e produtividade. (MACHADO, 2013, p. 1).

O foco principal deste estudo de caso é dado aos bens adquiridos e revendidos pela empresa com carácter de usados ou seminovos, pois, além da vasta carteira de clientes e fornecedores que a entidade possui, as contas enquadram-se nas características a serem consideradas para que uma conta seja avaliada ao valor presente, conforme citam Barbosa, Carlin e Victor (2013, p. 1):

[...] todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento;

As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros.

Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

Os bens que são adquiridos novos para a revenda, possuem seus financiamentos feitos, tanto na compra quanto na venda, com uma instituição financeira ligada à franquia. Para os financiamentos de aquisição, o prazo de pagamento não passa de 60 dias, geralmente. Portanto, não se enquadram no escopo da análise.

Levando em consideração os dados acima elencados, dá-se sequência ao estudo, preservando a razão social da entidade para evitar maiores exposições, utilizando apenas as informações necessárias para o alcance e saturação de nosso objetivo principal.

#### **4.1 Análise dos dados**

As duplicatas ou títulos em geral a receber classificadas no longo prazo, e as no curto prazo quando o valor for relevante, devem ser ajustados ao valor presente, que é aquele que expressa o montante ajustado ao valor atual ou real, considerando o tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, deduzindo os encargos financeiros respectivos, normalmente com base na taxa contratada para remunerar o capital inicial. Conforme Hoog (2013) o AVP, em termos contábeis, representa a exclusão do custo do capital no tempo, normalmente contido nas operações de compra ou venda a prazo.

Ao início da análise, apossou-se dos balancetes da empresa de todo o ano de 2012 e os contratos de aquisição e venda de bens usados e seminovos desde 2008 até 31 de dezembro de 2012.

Analisando o balanço consolidado de todo o ano pode-se notar que as contas de clientes e fornecedores de maquinários usados são significativamente relevantes acerca de todo o capital da empresa, conforme demonstrado na figura 3:

<b>Balço Patrimonial</b>	<b>Consolidado 2012</b>	<b>%</b>
ATIVO	779.103.161,24	100%
Contas a Receber - Produtos - Usados	55.711.301,21	7%
PASSIVO	764.666.912,94	100%
Fornecedores de Produtos Usados	88.646.015,53	12%
PATRIMONIO LIQUIDO	302.217.736,88	100%

Figura 3 – Análise do Balço Patrimonial

Nesta mesma análise feita ao balanço da empresa, percebeu-se que ela não vem adotando a política do AVP sobre suas contas contábeis.

Por tratar-se um número muito expressivo de clientes e fornecedores de bens usados, para a exemplificação neste trabalho serão utilizados três contratos de cada um deles, sendo que os mesmos são quitados em uma parcela única ao término do acordo.

Para cada um dos contratos de aquisição e venda analisou-se os seguintes dados:

- a) data inicial da operação e seu vencimento previsto;
- b) taxas de juros utilizadas e;
- c) valor da mercadoria.

Esses dados estão projetados na figura 4.

	<b>Data Inicial</b>	<b>Data Final</b>	<b>Taxa de Juros</b>	<b>Valor do Contrato</b>
Cliente A	15/03/2010	15/05/2014	1,30%	R\$ 40.000,00
Cliente B	17/02/2011	30/05/2014	1,5%	R\$ 42.090,00
Cliente C	17/11/2011	15/06/2014	1,5%	R\$ 47.911,83
Fornecedor A	23/05/2012	30/05/2014	1%	R\$ 30.264,77
Fornecedor B	01/07/2010	15/05/2018	1,3%	R\$ 35.400,00
Fornecedor C	25/10/2011	15/11/2015	1,5%	R\$ 24.680,00

Figura 4 – Projeção de dados

De posse destes números, pode-se então calcular o valor presente do bem na data final do contrato utilizando a fórmula do AVP e obtendo os resultados apresentados na figura 5.

No cálculo apresentado (figura 5) o número de meses se faz necessário, pois as taxas contratuais encontradas são aplicadas mensalmente.

	Data Inicial	Data Final	Taxa de Juros	Valor do Contrato	Nº meses	Valor Presente
Cliente A	15/03/2010	15/05/2014	1,30%	R\$ 40.000,00	50,73	R\$ 20.771,80
Cliente B	17/02/2011	30/05/2014	1,5%	R\$ 42.090,00	39,93	R\$ 23.225,67
Cliente C	17/11/2011	15/06/2014	1,5%	R\$ 47.911,83	31,37	R\$ 30.034,79
Fornecedor A	23/05/2012	30/05/2014	1%	R\$ 30.264,77	24,57	R\$ 23.701,49
Fornecedor B	01/07/2010	15/05/2018	1,3%	R\$ 35.400,00	95,83	R\$ 10.266,71
Fornecedor C	25/10/2011	15/11/2015	1,5%	R\$ 24.680,00	49,40	R\$ 11.828,31

Figura 5 – Resultado do cálculo do Valor Presente

.Como um exemplo do cálculo realizado para encontrar o Valor Presente, há a seguinte situação: O Cliente A adquiriu uma máquina usada no dia 15 de março de 2010. O pagamento será realizado em 15 de maio de 2014 e a taxa de juros na transação é de 1,30% a.m. Se esta máquina fosse paga à vista na data da transação custaria R\$ 20.771,80, porém ele optou por financiá-la pagando ao final do contrato um montante de R\$ 40.000,00. Segue a aplicação dos cálculos (figura 6):

$$\begin{aligned}
 PV &= FV \div (1+i)^n \\
 PV &= 40.000 \div (1+0,013)^{50,73} \\
 PV &= 20.771,80
 \end{aligned}$$

Figura 6 – Aplicação da fórmula do Valor Presente

O valor que difere entre o preço à vista e o preço a prazo deve ser levado ao resultado como receita ou despesa financeira *pró rata temporis* utilizando-se a mesma taxa efetiva de juros. Cabe ressaltar que, conforme traz o CPC 12, não é admitida a apropriação linear dos juros, ou seja, não basta dividir o valor dos juros pelo período do contrato e apropriar o resultado mensalmente. Para fins da apropriação dos juros mensais será necessário recalculá-los. (CPC, 2008b).

No entanto, para que estes juros possam ser recalculados e apropriados mensalmente, faz-se necessário calcular o valor do fluxo futuro até a data final do balanço patrimonial.

Este estudo de caso possui como amostra os balancetes do ano de 2012. Para exemplificar o cálculo e apropriação dos juros, serão usados os mesmos clientes e fornecedores elencados acima, e as datas de encerramento dos balancetes serão 30 de novembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012.



	Data Inicial	Data Final	Valor do Contrato	Valor Presente	Taxa de Juros a.m.	Nº Meses	VF 11/12	AVP 11/12
Cliente A	15/03/2010	30/11/2012	R\$ 40.000,00	R\$ 20.771,80	1,30%	33,03	R\$ 31.825,32	R\$ 8.174,68
Cliente B	17/02/2011	30/11/2012	R\$ 42.090,00	R\$ 23.225,67	1,5%	21,73	R\$ 32.099,40	R\$ 9.990,60
Cliente C	17/11/2011	30/11/2012	R\$ 47.911,83	R\$ 30.034,79	1,5%	12,63	R\$ 36.250,35	R\$ 11.661,48
Fornecedor A	23/05/2012	30/11/2012	R\$ 30.264,77	R\$ 23.701,49	1%	6,37	R\$ 25.251,57	R\$ 5.013,20
Fornecedor B	01/07/2010	30/11/2012	R\$ 35.400,00	R\$ 10.266,71	1,3%	29,43	R\$ 15.015,37	R\$ 20.384,63
Fornecedor C	25/10/2011	30/11/2012	R\$ 24.680,00	R\$ 11.828,31	1,5%	13,40	R\$ 14.440,01	R\$ 10.239,99

	Data Inicial	Data Final	Valor do Contrato	Valor Presente	Taxa de Juros a.m.	Nº Meses	VF 12/12	AVP 12/12
Cliente A	15/03/2010	31/12/2012	R\$ 40.000,00	R\$ 20.771,80	1,30%	34,07	R\$ 32.252,93	R\$ 7.747,07
Cliente B	17/02/2011	31/12/2012	R\$ 42.090,00	R\$ 23.225,67	1,5%	22,77	R\$ 32.597,07	R\$ 9.492,93
Cliente C	17/11/2011	31/12/2012	R\$ 47.911,83	R\$ 30.034,79	1,5%	13,67	R\$ 36.812,37	R\$ 11.099,46
Fornecedor A	23/05/2012	31/12/2012	R\$ 30.264,77	R\$ 23.701,49	1%	7,40	R\$ 25.512,55	R\$ 4.752,22
Fornecedor B	01/07/2010	31/12/2012	R\$ 35.400,00	R\$ 10.266,71	1,3%	30,47	R\$ 15.217,12	R\$ 20.182,88
Fornecedor C	25/10/2011	31/12/2012	R\$ 24.680,00	R\$ 11.828,31	1,5%	14,43	R\$ 14.663,89	R\$ 10.016,11

Figura 7 – Fluxo Futuro e Valor Presente

Em análise a figura 7, percebe-se que, caso o Cliente A queira quitar sua dívida no dia 30 de novembro de 2012, pagará pelo bem o valor de R\$ 31.825,32 e, contabilmente, deve ser reconhecido um valor de ajuste sob a conta de clientes no montante de R\$ 8.174,68. Os cálculos foram realizados da conforme a figura 8 (para os demais clientes e fornecedores exemplificados, o procedimento de cálculo é exatamente o mesmo).

$$\begin{aligned}
 FV &= PV \times (1 + i)^n \\
 FV &= 20.771,80 \times (1 + 0,013)^{33,03} \\
 FV &= 31.825,32
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 AVP &= ValorContrato - VF_{11/12} \\
 AVP &= 40.000,00 - 31.825,32 \\
 AVP &= 8.174,68
 \end{aligned}$$

Figura 8 - Cálculo do Fluxo Futuro e Valor Presente

	AVP 11/12	AVP 12/12	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Cliente A	R\$ 8.174,68	R\$ 7.747,07	R\$ 427,61	R\$ -
Cliente B	R\$ 9.990,60	R\$ 9.492,93	R\$ 497,66	R\$ -
Cliente C	R\$ 11.661,48	R\$ 11.099,46	R\$ 562,02	R\$ -
Fornecedor A	R\$ 5.013,20	R\$ 4.752,22	R\$ -	R\$ 260,98
Fornecedor B	R\$ 20.384,63	R\$ 20.182,88	R\$ -	R\$ 201,75
Fornecedor C	R\$ 10.239,99	R\$ 10.016,11	R\$ -	R\$ 223,88

Figura 9 – Valores de receita e despesa a serem reconhecidos

$\text{Despesas / Re ceitas} = AVP_{11/12} - AVP_{12/12}$ $\text{Despesas / Re ceitas} = 8.174,68 - 7.747,07$ $\text{Despesas / Re ceitas} = 427,61$
--

Figura 10 – Exemplo de cálculo do valor a ser reconhecido

Como cita o CPC (2008b), todas as reversões advindas do AVP devem ser reconhecidas no resultado, em contas de receitas ou despesas financeiras. Este montante é calculado conforme demonstrado na figura 9, sendo um exemplo de cálculo demonstrado na figura 10.

## 4.2 Reconhecimento

A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamento Conceitual Básico, assim define reconhecimento:

Reconhecimento é o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item que se enquadre na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento mencionados no item 83. Envolve a descrição do item, a atribuição do seu valor e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser registrados no balanço ou na demonstração do resultado. A falta de reconhecimento de tais itens não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas nem pelas notas ou material explicativo. (CPC, 2011, p. 32).

Nesse sentido, no CPC 12 determina que a mensuração contábil ao valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. (CPC, 2008b).

Neste contexto pode-se identificar a conta de AVP como sendo uma conta redutora a qual traz uma estimativa de valores, onde deve possuir um controle individualizado e ser segregada em subcontas reduzindo o valor da conta em qual está agregada, como por exemplo, clientes, fornecedores e imobilizado.

Sua principal função é ajustar os saldos destas referidas contas a valor presente, em substituição ao custo original, procurando demonstrar o custo da empresa/entidade pelo valor real na data da transação, deste modo os lançamentos efetuados nesta conta devem referir-se exclusivamente à diferença entre o valor original e o valor presente.

Seu funcionamento é basicamente estes dois lançamentos: a débito (contas de ativo) e a crédito (contas de passivo), para estorno do valor presente constituído no período anterior, período este que, em respeito ao princípio da competência deve ser mensal. E lançamento a crédito para ativos e débito para passivos pela constituição de um novo ajuste, com base no saldo do dia e nas datas do recebimento dos contratos.

Sua contrapartida nas contas de resultado são despesas e receitas financeiras, conforme a origem do ajuste.

Este correto reconhecimento faz com que a contabilidade traga para seus gestores a posição exata das contas da empresa, bem como Hoog (2013, p. 4) demonstra esta importância:

Este tratamento gera a denominada situação real do patrimonial de uma pessoa, que é o modo como a riqueza está situada, demonstrada e apurada por um balanço não putativo, o qual revela o que existe de fato; verdadeiro, que exclui o efeito da inflação ou da deflação. Logo, tudo que diz respeito às coisas atuais, concretas e opõe-se, nesta acepção à aparência, ou à situação fictícia, ilusória, imaginária, e mesmo aos balanços tidos como criativos. Balanço ou demonstrativo sem que há verdade. Portanto, a situação real é aquela que mostra a verdade; é real e exata, autêntica e genuína, legítima; que não é fingido por ter as qualidades essenciais à sua natureza. Em síntese, reflete a verdade e a realidade patrimonial das células sociais.

Para a elucidação do reconhecimento do AVP, traz-se novamente os exemplos de clientes e fornecedores citados acima demonstrando sua real contabilização além de mostrar os efeitos que o AVP causa nas demonstrações contábeis da empresa.

#### 4.2.1 Exemplo 1

Registro do AVP quando faz referência a conta de clientes de produtos usados do ativo não circulante, levando em consideração a competência de dezembro de 2012.

O Cliente A adquiriu um maquinário agrícola usado, no dia 15/03/2010 pelo valor de R\$ 40.000,00 destacados no contrato, com pagamento em 15/05/2014 e taxa de juros de 1,3%.

Esta operação resultou nos seguintes saldos:

- a) VP em 15/03/2010: R\$ 20.771,80
- b) VF em 31/12/2012: R\$ 32.252,93
- c) AVP em 31/12/2012: R\$ 7.747,07
- d) Receita financeira em 31/12/2012: R\$ 427,61 (figura 10).

Conforme os dados elencados são realizados os seguintes lançamentos:

a) Pelo registro da venda em 15.03.2010:

D -	Contas A Receber - Produtos - Usados ( Ativo não Circulante)	R\$ 40.000,00	
C -	Receita com vendas de Equipamentos Usados (Resultado)		R\$ 40.000,00

Figura 11 - Registro contábil pela venda

b) Pelo registro do AVP em 15.03.2010:

D -	Receita com vendas de Equipamentos Usados (Resultado)	R\$ 19.227,31	
C -	Ajuste ao valor presente - Equipamentos Usados (Redutora)		R\$ 19.227,31

Figura 12 – Registro contábil do AVP

c) Pela apropriação mensal dos juros em receitas financeiras (neste caso, em 31.12.2012):

D -	Ajuste ao valor presente - Equipamentos Usados (Redutora)	R\$ 427,61	
C -	Receitas Financeiras ( Resultado)		R\$ 427,61

Figura 13 – Registro contábil da apropriação de juros

#### 4.2.2 Exemplo 2

Será demonstrado o registro do AVP quando faz referência a conta de fornecedores de produtos usados do passivo não circulante, na competência de dezembro de 2012.

O fornecedor A vendeu um equipamento agrícola usado, na data de 23/05/2012 pelo valor de R\$ 30.264,77 com taxa de juros de 1% e quitação do contrato no dia 30/05/2014.

Esta operação resultou nos seguintes saldos:

- a) VP em 23/05/2012: R\$ 23.701,49
- b) VF em 31/12/2012: R\$ 25.512,55
- c) AVP em 31/12/2012: R\$ 4.752,22
- d) Despesa financeira em 31/12/2012: R\$ 260,98 ( ver figura 9).

Segue os lançamentos:

- a) Pela aquisição da máquina em 23.05.2012

D -	Estoque de Equipamentos Usados ( Ativo)	R\$ 30.264,77	
C -	Fornecedores De Produtos Usados (Passivo não circulante)		R\$ 30.264,77

Figura 14 – Registro contábil na aquisição da máquina

b) Pelo reconhecimento do AVP em 23.05.2012

D -	Ajuste ao valor presente - Fornecedores Usados ( redutora)	R\$ 6.564,07	
C -	Estoque de Equipamentos Usados ( Ativo)		R\$ 6.564,07

Figura 15 – Registro contábil pelo reconhecimento do AVP

c) Pelo reconhecimento da despesa (neste caso, em 31.12.2012)

D -	Despesa Financeira ( Resultado)	R\$ 260,98	
C -	Ajuste ao valor presente - Fornecedores Usados ( redutora)		R\$ 260,98

Figura 16 – Registro contábil pelo reconhecimento da despesa

Calcular e contabilizar o AVP corretamente obedece aos princípios fundamentais da contabilidade, em especial aos princípios do Custo Corrigido como Base de Valor, do Denominador Comum Monetário e do Regime de Competência. Porém, quando esse procedimento não é seguido e realizado, as demonstrações contábeis da empresa sofrem serias distorções.

Essas distorções são muito prejudiciais à empresa, principalmente quando se trata da tomada de decisões por parte de gestores e investidores.

	<b>AVP Clientes</b>	<b>Receitas</b>	<b>AVP Fornecedores</b>	<b>Despesas</b>
JANEIRO	R\$ 1.353.950,26	R\$ 27.703,26	R\$ 1.979.341,23	R\$ 32.406,78
FEVEREIRO	R\$ 1.327.657,38	R\$ 26.292,88	R\$ 2.023.700,76	R\$ 31.223,42
MARÇO	R\$ 1.423.163,03	R\$ 29.772,85	R\$ 2.005.757,76	R\$ 34.646,05
ABRIL	R\$ 1.518.819,01	R\$ 32.532,41	R\$ 2.128.055,86	R\$ 35.768,06
MAIO	R\$ 1.567.050,48	R\$ 35.536,05	R\$ 2.383.348,00	R\$ 40.665,65
JUNHO	R\$ 1.672.615,68	R\$ 37.450,81	R\$ 2.500.039,85	R\$ 43.506,86
JULHO	R\$ 1.653.757,12	R\$ 42.523,90	R\$ 2.628.810,59	R\$ 50.196,25
AGOSTO	R\$ 1.706.360,23	R\$ 43.758,22	R\$ 2.649.681,60	R\$ 53.287,57
SETEMBRO	R\$ 1.800.274,61	R\$ 45.395,15	R\$ 2.771.034,77	R\$ 54.574,33
OUTUBRO	R\$ 1.826.259,22	R\$ 50.978,50	R\$ 3.008.073,20	R\$ 60.562,96
NOVEMBRO	R\$ 2.043.348,59	R\$ 54.083,94	R\$ 3.165.439,62	R\$ 65.157,39
DEZEMBRO	R\$ 2.107.809,31	R\$ 62.002,91	R\$ 3.383.771,30	R\$ 72.472,31

Figura 17 – Montantes a serem ajustados mensalmente

Após um estudo de todos os contratos que a empresa possui de fornecedores e cliente de produtos usados a longo prazo, chegamos ao montante que deve ser ajustado por mês em conta redutora de clientes e fornecedores e em despesas e receitas (figura 17) . Estes são os valores que a contabilidade deveria ter usado em suas demonstrações no decorrer do ano de 2012.

A partir do momento em que o montante destes dados ficou definido, pegou-se o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da empresa, divididos por trimestres, e contabilizou-se estes valores nos mesmos, fazendo um comparativo dos períodos que possuem o AVP lançado e dos meses que não o possuem, no intuito de demonstrar o impacto causado pelo mesmo sobre o resultado da empresa (figura 18 e 19).

Balanço Patrimonial	1º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	2º Trimestre
Ativo	152.623.559,24	152.623.559,24	184.425.990,98	184.425.990,98
Ativo Circulante	88.979.685,63	88.979.685,63	119.040.450,45	119.040.450,45
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>63.643.873,61</b>	<b>59.539.102,94</b>	<b>65.385.540,53</b>	<b>60.627.055,36</b>
Contas A Receber - Produtos Usados	18.410.679,35	18.410.679,35	19.516.642,74	19.516.642,74
<b>(-)Ajuste ao Valor Presente - Prod. Usados</b>	-	<b>(4.104.770,67)</b>	-	<b>(4.758.485,17)</b>
Passivo	(83.090.642,49)	(71.073.042,98)	(111.268.757,74)	(111.268.757,74)
Passivo Circulante	(53.346.940,58)	(53.346.940,58)	(77.104.096,61)	(77.104.096,61)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(29.743.701,91)</b>	<b>(17.726.102,40)</b>	<b>(34.164.661,13)</b>	<b>(34.164.661,13)</b>
Fornecedores De Produtos Usados	(18.506.006,88)	(18.506.006,88)	(20.267.236,31)	(13.255.792,60)
<b>(-) Ajuste ao Valor Presente - Forn. Usados</b>	-	<b>6.008.799,75</b>	-	<b>7.011.443,71</b>
Patrimônio Líquido	(74.165.294,64)	(74.165.294,64)	(74.193.045,06)	(74.193.045,06)
Balanço Patrimonial	3º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	4º Trimestre
Ativo	208.198.924,45	208.198.924,45	253.855.751,50	253.855.751,50
Ativo Circulante	142.810.859,36	142.810.859,36	180.402.320,90	180.402.320,90
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>65.388.065,09</b>	<b>60.227.673,12</b>	<b>73.453.430,60</b>	<b>67.476.013,48</b>
Contas A Receber - Produtos Usados	17.119.468,44	17.119.468,44	20.665.575,61	20.665.575,61
<b>(-)Ajuste ao Valor Presente - Prod. Usados</b>	-	<b>(5.160.391,97)</b>	-	<b>(5.977.417,12)</b>
Passivo	(131.596.591,16)	(130.709.172,86)	(167.120.239,21)	(167.120.239,21)
Passivo Circulante	(90.884.968,35)	(90.884.968,35)	(111.857.532,98)	(111.857.532,98)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(40.711.622,81)</b>	<b>(39.824.204,51)</b>	<b>(55.262.706,23)</b>	<b>(55.262.706,23)</b>
Fornecedores De Produtos Usados	(22.324.055,82)	(22.324.055,82)	(27.548.716,52)	(27.548.716,52)
<b>(-) Ajuste ao Valor Presente - Forn. Usados</b>	-	<b>8.049.526,96</b>	-	<b>9.557.284,11</b>
Patrimônio Líquido	(74.220.795,48)	(74.220.795,48)	(79.638.601,70)	(79.638.601,70)

Figura 18 – Balanço Patrimonial comparativo.

Analisando as demonstrações da empresa, algumas observações importantes podem ser feitas: o ativo e o passivo da empresa sofreram severas diminuições com a inclusão da conta redutora em todos os trimestres do ano. O efeito maior, no entanto, foi ocasionado no passivo não circulante, fato ocasionado por as contas a pagar serem maiores que as contas a receber.

DRE	1º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	2º Trimestre
Receitas	(21.346.623,82)	(21.346.623,82)	(94.623.625,35)	(94.623.625,35)
Custo Mercad. Vendidas/Servicos Prestado	15.631.464,18	15.631.464,18	71.694.986,99	71.694.986,99
Despesas Operacionais	6.065.143,15	6.065.143,15	17.773.801,34	17.773.801,34
Outras Receitas E Despesas	733.540,60	733.540,60	2.814.721,62	2.814.721,62
Outras Receitas E Despesas Operacionais	-	-	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>966.347,50</b>	<b>980.854,75</b>	<b>3.057.669,54</b>	<b>3.072.090,84</b>
Receitas Financeiras	(601.669,32)	(685.438,32)	(2.028.747,54)	(2.134.266,80)
Receitas Financeiras Gerais	(601.669,32)	(601.669,32)	(2.028.747,54)	(2.028.747,54)
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>(83.769,00)</b>	<b>-</b>	<b>(105.519,27)</b>
Despesas Financeiras	1.568.016,81	1.666.293,07	5.086.417,08	5.206.357,64
Despesas Financeiras Gerais	1.568.016,81	1.568.016,81	5.086.417,08	5.086.417,08
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>98.276,25</b>	<b>-</b>	<b>119.940,57</b>
Outras Receitas E Despesas	(190.596,38)	(190.596,38)	(499.335,26)	(499.335,26)
<b>Resultado do Exercício Antes Impostos</b>	<b>1.859.275,23</b>	<b>1.873.782,48</b>	<b>218.218,88</b>	<b>232.640,18</b>
DRE	3º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	4º Trimestre
Receitas	(172.794.069,01)	(172.794.069,01)	(296.639.230,41)	(296.639.230,41)
Custo Mercad. Vendidas/Servicos Prestado	132.313.162,64	132.313.162,64	218.803.889,80	218.803.889,80
Despesas Operacionais	30.083.282,83	30.083.282,83	42.865.102,45	42.865.102,45
Outras Receitas E Despesas	4.467.231,95	4.467.231,95	11.263.625,31	11.263.625,31
Outras Receitas E Despesas Operacionais	(22.320,00)	(22.320,00)	(14.880,00)	(14.880,00)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>5.272.401,47</b>	<b>5.298.782,35</b>	<b>6.485.747,76</b>	<b>6.516.875,06</b>
Receitas Financeiras	(3.425.417,78)	(3.557.095,05)	(4.025.771,24)	(4.192.836,59)
Receitas Financeiras Gerais	(3.425.417,78)	(3.425.417,78)	(4.025.771,24)	(4.025.771,24)
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>(131.677,26)</b>	<b>-</b>	<b>(167.065,35)</b>
Despesas Financeiras	8.697.819,25	8.855.877,40	10.511.519,00	10.709.711,65
Despesas Financeiras Gerais	8.697.819,25	8.697.819,25	10.511.519,00	10.511.519,00
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>158.058,15</b>	<b>-</b>	<b>198.192,66</b>
Outras Receitas E Despesas	(756.468,63)	(756.468,63)	(714.738,89)	(714.738,89)
<b>Resultado do Exercício Antes Impostos</b>	<b>(1.436.778,75)</b>	<b>(1.410.397,87)</b>	<b>(17.950.483,98)</b>	<b>(17.919.356,68)</b>

Figura 19 – DRE comparativa

Mudanças como estas influenciam diretamente nas decisões tomadas pelos administradores e demais usuários da informação contábil, pois os mesmos utilizam dos dados fornecidos pela contabilidade para gerenciar a empresa. Uma destas distorções é causada na análise do índice de liquidez geral.

O referido índice é utilizado para se verificar a saúde financeira a curto e a longo prazos da empresa, através da comparação do ativo circulante mais o realizável a longo prazo, com o passivo circulante mais o exigível a longo prazo.

$$LiquidezGeral = (AC + RLP) \div (PC + PNC) \quad (2)$$

Este indicador determina que, se a empresa fosse encerrar suas atividades naquele momento, teria ou não condições de honrar seus compromissos com suas disponibilidades mais os seus realizáveis a curto e a longo prazo, sem precisar utilizar o seu ativo permanente

e, quaisquer distorções acerca das contas envolvidas, podem gerar sérios prejuízos e problemas para a gestão e continuidade da empresa.

Acerca deste indicador, utilizou-se os valores do primeiro trimestre do balanço patrimonial e aplicou-se na fórmula, obtendo os seguintes resultados:

a) Antes do AVP:

$$\text{Liquidez Geral} = (88.979.685,63 + 63.643.873,61) \div (53.346.940,60 + 29.743.701,91)$$

$$\text{Liquidez Geral} = 1,8368$$

Figura 20 – Liquidez geral antes do AVP

b) Após o ajuste:

$$\text{Liquidez Geral} = (88.979.685,63 + 59.539.102,94) \div (53.346.940,58 + 17.726.102,4)$$

$$\text{Liquidez Geral} = 2,0896$$

Figura 21 – Liquidez geral após o ajuste

Podemos perceber que, após o reconhecimento dos cálculos do AVP no balanço patrimonial, a liquidez geral da empresa aumentou em 0,2528. Este aumento é justificado pela grande redução que sofreu o passivo não circulante, passando de R\$ 29.743.701,91 para R\$ 17.726.102,40.

O ativo não circulante também sofre reduções, porém foi bem menos severa que as do passivo não circulante, fazendo com que a liquidez geral adquirisse um resultado mais positivo.

Outro ponto importante que pode ser observado é que o lucro do exercício sofreu reduções em todos os trimestres analisados. Fato este dado pela quantia de despesas financeiras serem maiores que as receitas financeiras.

Assim como no balanço patrimonial, informações importantes como estas lançadas erroneamente distorcem as informações repassadas a gerência, podendo prejudicar a tomada de decisões.

Um das distorções podem ser causadas, por exemplo, em análises horizontais e verticais no balanço patrimonial e na DRE.



A análise vertical mostra a importância relativa de cada conta dentro da demonstração, é uma importante fonte para tomada de decisões, e é assim conceituada por Tobias em seu artigo:

A análise vertical, considerado um dos principais instrumentos de análise de estrutura patrimonial, consiste na determinação dos percentuais de cada conta ou cada grupo de contas do balanço patrimonial, em relação ao valor total do Ativo ou Passivo.

Em relação ao balanço patrimonial, ela procura sempre mostrar, de um lado, a proporção de cada uma das fontes de recursos e, de outro, a expressão percentual de cada uma das várias aplicações de recursos efetuadas pela empresa.

Comparando-se exercícios subsequentes, podemos constatar a mudança da política da empresa, quanto à obtenção e à aplicação de recursos. (TOBIAS, 2013, p. 4).

Desta forma, executamos as análises acerca dos demonstrativos na empresa (figura 22 e 23):

<b>Análise Vertical Balanço Patrimonial</b>				
Balanço Patrimonial	1º Trimestre	AV	1º Trimestre	AV
Ativo	152.623.559,24	1,00	152.623.559,24	1,00
Ativo Circulante	88.979.685,63	0,58	88.979.685,63	0,58
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>63.643.873,61</b>	<b>0,42</b>	<b>59.539.102,94</b>	<b>0,39</b>
Contas A Receber - Produtos Usados	18.410.679,35	0,29	18.410.679,35	0,31
<b>(-)Ajuste ao Valor Presente - Prod. Usados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.104.770,67</b>	<b>0,07</b>
Passivo	83.090.642,49	1,00	83.090.642,49	1,00
Passivo Circulante	53.346.940,58	0,64	53.346.940,58	0,64
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>29.743.701,91</b>	<b>0,36</b>	<b>17.726.102,40</b>	<b>0,21</b>
Fornecedores De Produtos Usados	18.506.006,88	0,62	18.506.006,88	1,04
<b>(-) Ajuste ao Valor Presente - Forn. Usados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.008.799,75</b>	<b>0,34</b>
Patrimônio Líquido	74.165.294,64	1,00	74.165.294,64	1,00

Figura 22 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial

<b>Análise Vertical DRE</b>				
DRE	1º Trimestre	AV	1º Trimestre	AV
Receitas	21.346.623,82	1,00000	21.346.623,82	1,00000
Custo Mercad. Vendidas/Servicos Prestado	15.631.464,18	0,73227	15.631.464,18	0,73227
Despesas Operacionais	6.065.143,15	0,28413	6.065.143,15	0,28413
Outras Receitas E Despesas	733.540,60	0,03436	733.540,60	0,03436
Outras Receitas E Despesas Operacionais	-	-	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>966.347,50</b>	<b>0,04527</b>	<b>980.854,75</b>	<b>0,04595</b>
Receitas Financeiras	601.669,32	0,02819	685.438,32	0,03211
Receitas Financeiras Gerais	601.669,32	0,02819	601.669,32	0,02819
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.769,00</b>	<b>0,00392</b>
Despesas Financeiras	1.568.016,81	0,07346	1.666.293,07	0,07806
Despesas Financeiras Gerais	1.568.016,81	0,07346	1.568.016,81	0,07346
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.276,25</b>	<b>0,00460</b>
Outras Receitas E Despesas	190.596,38	0,00893	190.596,38	0,00893
<b>Resultado do Exercício Antes Impostos</b>	<b>1.859.275,23</b>	<b>0,08710</b>	<b>1.873.782,48</b>	<b>0,08778</b>

Figura 23 – Análise Vertical da DRE

Na análise vertical do balanço patrimonial, as diferenças apresentadas no ativo e no passivo não circulante são dadas ao fato da contabilização do ajuste ao valor presente. Por ser uma conta redutora, este valor diminui o total da conta fazendo com que os indicadores mudem proporcionalmente.

Já na DRE, ocorreu um aumento no resultado financeiro, pois as receitas financeiras oriundas do AVP foram maiores que as despesas de mesma origem.

E a análise horizontal relaciona cada conta da demonstração financeira com sua equivalente de exercícios anteriores, sendo também conceituada por Tobias como:

A Análise Horizontal é uma técnica que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada período, com o valor correspondente em um determinado período anterior, considerado como base. Essa análise tem como objetivo mostrar a evolução de cada conta (ou grupo de contas), quando considerada de forma isolada. Complementa a Análise Vertical, que nos informa o aumento ou diminuição da proporção de uma determinada despesa em relação a um determinado total, mas não nos diz se essa variação foi derivada do aumento ou da diminuição do valor absoluto da verba considerada. (TOBIAS, 2013, p. 7).

Assim, destacamos as variações nas figuras 24 e 25:

Análise Horizontal DRE						
DRE	1º Trimestre	2º Trimestre	AH	1º Trimestre	2º Trimestre	AH
Receitas	21.346.623,82	94.623.625,35	23%	21.346.623,82	94.623.625,35	23%
Custo Mercad. Vendas/Serviços Prestado	15.631.464,18	71.694.986,99	22%	15.631.464,18	71.694.986,99	22%
Despesas Operacionais	6.065.143,15	17.773.801,34	34%	6.065.143,15	17.773.801,34	34%
Outras Receitas E Despesas	733.540,60	2.814.721,62	26%	733.540,60	2.814.721,62	26%
Outras Receitas E Despesas Operacionais	-	-	0%	-	-	0%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>966.347,50</b>	<b>3.057.669,54</b>	<b>32%</b>	<b>980.854,75</b>	<b>3.072.090,84</b>	<b>32%</b>
Receitas Financeiras	601.669,32	2.028.747,54	30%	685.438,32	2.134.266,80	32%
Receitas Financeiras Gerais	601.669,32	2.028.747,54	30%	601.669,32	2.028.747,54	30%
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>83.769,00</b>	<b>105.519,27</b>	<b>79%</b>
Despesas Financeiras	1.568.016,81	5.086.417,08	31%	1.666.293,07	5.206.357,64	32%
Despesas Financeiras Gerais	1.568.016,81	5.086.417,08	31%	1.568.016,81	5.086.417,08	31%
<b>Ajuste A Valor Presente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>98.276,25</b>	<b>119.940,57</b>	<b>82%</b>
Outras Receitas E Despesas	190.596,38	499.335,26	38%	190.596,38	499.335,26	38%
<b>Resultado do Exercício Antes Impostos</b>	<b>1.859.275,23</b>	<b>218.218,88</b>	<b>852%</b>	<b>1.873.782,48</b>	<b>232.640,18</b>	<b>805%</b>

Figura 24 – Análise Horizontal da DRE

Análise Horizontal Balanço Patrimonial						
Balanço Patrimonial	1º Trimestre	2º Trimestre	AH	1º Trimestre	2º Trimestre	AH
Ativo	152.623.559,24	184.425.990,98	83%	152.623.559,24	184.425.990,98	83%
Ativo Circulante	88.979.685,63	119.040.450,45	75%	88.979.685,63	119.040.450,45	75%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>63.643.873,61</b>	<b>65.385.540,53</b>	<b>97%</b>	<b>59.539.102,94</b>	<b>60.627.055,36</b>	<b>98%</b>
Contas A Receber - Produtos Usados	18.410.679,35	19.516.642,74	94%	18.410.679,35	19.516.642,74	94%
<b>(-) Ajuste ao Valor Presente - Prod. Usados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>4.104.770,67</b>	<b>4.758.485,17</b>	<b>86%</b>
Passivo	157.255.937,13	185.461.802,80	85%	151.247.137,38	185.461.802,80	82%
Passivo Circulante	53.346.940,58	77.104.096,61	69%	53.346.940,58	77.104.096,61	69%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>29.743.701,91</b>	<b>34.164.661,13</b>	<b>87%</b>	<b>17.726.102,40</b>	<b>34.164.661,13</b>	<b>52%</b>
Fornecedores De Produtos Usados	18.506.006,88	20.267.236,31	91%	18.506.006,88	13.255.792,60	140%
<b>(-) Ajuste ao Valor Presente - Forn. Usados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>6.008.799,75</b>	<b>7.011.443,71</b>	<b>86%</b>
Patrimônio Líquido	74.165.294,64	74.193.045,06	100%	74.165.294,64	74.193.045,06	100%

Figura 25 – Análise Horizontal do Balanço patrimonial

Em relação às análises horizontais realizadas nas demonstrações da empresa, pode-se constatar que, no balanço patrimonial, as maiores diferenças surgiram, novamente, com a contabilização do AVP, influenciando diretamente nas contas de longo prazo. O impacto mesmo acontece para a DRE.

Estas análises desencadeiam vários outros indicadores como segue:

- a) Índice de cobertura de juro: Mede a capacidade da empresa para pagar juros contratuais. Devido ao aumento das despesas financeiras, a capacidade da empresa de pagar suas obrigações com juros diminuiu (figura 26)<sup>1</sup>;

$\text{Índice de Cobertura} = \text{LAIR} \div \text{Despesas Financeiras}$ $\text{Sem AVP} \rightarrow 1.859.275,23 \div 1.568.016,81 = 1,1857$ $\text{Com AVP} \rightarrow 1.873.782,48 \div 1.666.293,07 = 1,1245$
---

Figura 26 – Cálculo do índice de cobertura

- b) Margem Líquida: Mede quanto sobrou de receita após a dedução de custos e despesas totais;
- c) Taxa de Retorno sobre Ativo Total (ROA): Mede a eficiência global da administração da empresa na geração de lucro com seus ativos disponíveis;
- d) Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE): Mede o retorno do investimento efetuado pelos acionistas da empresa.

Como qualquer tomada de decisão necessita de uma qualidade de dados para que seus resultados sejam eficazes, é imprescindível que todos os sistemas gerenciais da empresa trabalhem de maneira integrada, trazendo a informação de uma maneira íntegra e sem inequívoca.

<sup>1</sup> Foi demonstrado apenas o cálculo do primeiro índice, mas todos os apresentados na sequência também sofreram alterações.

Desta maneira, é possível perceber que a aplicação do AVP, antes de servir ao mercado, interessa diretamente ao empresariado ou ao investidor, pois leva à produção de relatórios gerenciais que desvendam a real condição do patrimônio abarcado pelos controles internos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do AVP tornou-se obrigatória com a Lei nº 11.638/07 que tende a adequar a contabilidade brasileira à contabilidade internacional, mas além de tudo procura atender aos princípios fundamentais da contabilidade.

O AVP corrige uma distorção nas demonstrações contábeis, onde as transações a longo prazo não devem ter o mesmo tratamento que as operações a vista, ou seja, não se deve ignorar o custo do dinheiro no tempo, reconhecendo assim os juros como despesas ou receitas financeiras de forma proporcional ao tempo transcorrido obedecendo ao princípio da competência e desta forma apurando resultados fidedignos com a realidade da empresa.

Na execução deste trabalho pode-se concluir que o AVP impacta significativamente nas demonstrações da empresa, e seu não uso pode acarretar em futuros incômodos à mesma, pois levará seus gestores e administradores a tomarem decisões tendo como base valores que não condizem com a situação real da empresa.

Pode-se notar este agravante, quando foi realizado o cálculo da liquidez geral da empresa. Antes de serem realizados os reconhecimentos do AVP, o administrador da empresa contava que, para cada R\$ 1,00 que a empresa possuía de dívidas, ela tinha R\$ 1,83 para em ativo circulante e realizável a longo prazo. No entanto, após a aplicação do AVP, este índice passou para R\$ 2,80.

Distorções como esta fazem como que a administração da empresa haja de uma maneira não condizente com o real estado de suas contas patrimoniais.

Conclui-se também que, a partir do momento em que a contabilidade passa a por em prática o que diz o CPC 12 e a respeitar os princípios contábeis, seu capital a receber e a pagar a longo prazo e seu resultado financeiro sofrem diminuições, devido a não incidência dos juros implícitos, o que traz a tona o real valor do patrimônio da empresa na data selecionada.

Então, respondendo ao problema de pesquisa deste trabalho, percebe-se que, ao ser aplicado os termos que trata o CPC 12, o real valor do patrimônio da empresa surge, e com severas distorções do que quando o pronunciamento não é posto em prática. Fato este que pode ser notado ao analisar-se as análises verticais e horizontais realizadas nas demonstrações da empresa, onde, por exemplo, quando o passivo não circulante teve seu índice de análise vertical diminuído de 36% para 21%.

Diante disto fica comprovada que com a aplicação do AVP além de cumprir com a legislação vigente, a empresa passa a dispor de informações compatíveis com os períodos das

transações ficando mais condizentes com sua realidade financeira e patrimonial, permitindo assim que seus gestores tenham informações para a tomada de decisões em termos de prazos e juros.

Com base no presente estudo, têm-se como sugestão para dar continuidade ao assunto os seguintes itens: (1) Usar o conceito de AVP em mais contas do balanço patrimonial, como empréstimos, por exemplo. (2) Usar juntamente ao ajuste as taxas de inflação do mercado (3) Realizar comparativos com empresas que adotam esta prática.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, C. O papel da informação no processo de capacitação tecnológica das micro e pequenas empresas. **Ciência da informação**. Brasília, v.27, n.1, p 28-35, jan/abr, 1998.

BARBOSA, M.; CARLIN D.; VICTOR, F. **Ajuste do Valor Presente e o Fortalecimento da Teoria Contábil**. Disponível em:

<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAaQ0YAF/ajuste-valor-presente-fortalecimento-teoria-contabil>>. Acesso em 15 out. 2013

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1983.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

\_\_\_\_\_. CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00**: Pronunciamento conceitual básico (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, 2011. Disponível em:

<[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **CPC 08**. Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Brasília, 2008a. Disponível em:<[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC08\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC08_R1.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **CPC 12**: Ajuste a valor presente. Brasília, 2008b. Disponível em:

<[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_12.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_12.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **CPC 25**. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Brasília, 2009

Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_25.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2013.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução CFC n. 750/93. Dispõe sobre os princípios de contabilidade (PC). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez 1993. Disponível em: <[http://www.tre-](http://www.tre-rj.gov.br/site/partidos_politicos/contas_part/legislacao/leis/RES_CFC_750-93.doc)

[rj.gov.br/site/partidos\\_politicos/contas\\_part/legislacao/leis/RES\\_CFC\\_750-93.doc](http://www.tre-rj.gov.br/site/partidos_politicos/contas_part/legislacao/leis/RES_CFC_750-93.doc)>. Acesso

em: 17 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 774/94. Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1994. Disponível em: < [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_774.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_774.doc) >. Acesso em: 19 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 1.121/2008. Aprova a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 1.151/09. Aprova a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 2009a. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2009/001151](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2009/001151)> Acesso em: 23 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 1.180/09. Aprova a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2009b. Disponível em: < [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1180.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1180.doc) >. Acesso em: 23 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC n. 1282/10 - Atualiza e consolida dispositivos da resolução CFC n. 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1282.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1282.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2013.

CVM. COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS (Brasil). Deliberação CVM n. 488. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 out. 2005. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm> >. Acesso em: 22 jul. 2013.

ERNEST E YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, A. B. de H. **Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Método e técnica de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GRECO, M. V. D. **Entendendo o Ajuste ao valor presente – AVP**. Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2224057/entendendo-o-ajuste-a-valor-presente-avp>>. Acesso em: 06 jun. 2013.



HOOG, W. A. Z. Ajuste ao Valor Presente. In: HOOG, W. A. Z. **Manual de Contabilidade**. Curitiba – PR: Jurua Editora, 2013. Disponível em: <<http://www.zappahoog.com.br/artigos/Ajuste%20a%20valor%20presente.pdf>>. Acesso em 15 out. 2013.

IBRACON. INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (Brasil). **NPC 1**. São Paulo: IBRACON, 1992. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc1.htm>>. Acesso em 02 mai. 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo, Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_ et. al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais de contabilidade e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO, A. L. T. **Manutenção de máquinas agrícolas visando a nova safra**. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/641/manutencao-de-maquinas-agricolas-visando-a-nova-safra>>. Acesso em: 06 out. 2013.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de; FARIA, A. de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MENDES, W. **Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Impairment) e Ajuste ao Valor Presente (AVP): Normas Internacionais de Contabilidade – CPC 01 (Impairment) e CPC 12 (AVP)**. São Paulo: IOB, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES JUNIOR, J. J. **Contabilidade Geral**, 3. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, A. G.; MULLER, A. N.; NAKAMURA, W.T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista da FAE**, v. 3, n.3, p. 1-12, set/dez 2000. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v3\\_n3/a\\_utilizacao\\_das\\_informacoes.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n3/a_utilizacao_das_informacoes.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2013.

PETTERSON, M. H. et al. Valor Justo (fair value measurements). In: Ernest & Young; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo, SP: 2009.

PITELA, A.C. O desempenho profissional do contador na opinião do empresário. **Revista Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, UEPG, v. 8, n.1, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/10>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

QUEIROZ, L. de M. et al. Ajuste a valor presente solicitado pela Lei nº 11.638/07: Um estudo com as empresas de aviação civil brasileira em 2008. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10., 2010. **Anais eletrônicos...** São Paulo, USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/243.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

REBOUÇAS, F. **Máquinas agrícolas**. Disponível em:<<http://www.infoescola.com/agricultura/maquinas-agricolas/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Provisões**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr413a417.htm>>. Acesso em: 17 out. 2013.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M.. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVESTRE, G. C.; SOUZA Jr.; J. F. **NBC T 19.17**: ajuste ao valor presente CPC 12. Fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/eventos/cpc12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TOBIAS, A. **Como elaborar e interpretar uma análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras**. Disponível em: <<http://www.cavalcanteassociados.com.br/utd/UpToDate294.pdf>>. Acesso em: 15 out.2013.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Y. L.; VIANA, A. L. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de contabilidade**, Brasília, n.134, p. 21-29, mar/abr. 2002.

VELTER, F; MISSAGIA, L. R. **Manual de Contabilidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manual de contabilidade:** teoria e questões. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.